

Ano VI n.º 285
De 19 a 22 de Setembro de 1980
Preço: 15\$00

Semanário

Director
José Carlos de Vasconcelos

Director adjunto
José Silva Pinto



o jornal

Meio silêncio na Rádio e na Televisão

Governo quer esconder campanha do megafone

Editorial pág. 2 Noticiário págs. 10/11



Fundação Cuidar o Futuro

Os líderes da FRS e as fotos dos dirigentes da AD, em Valado de Frades
Liberdade fica à porta das emissoras

AD: a hora do grande teste

pág. 4

FRS: optimismo dos líderes

Págs. 4/5

APU: convencer em tom de festa

pág. 6

Lurdes Pintasilgo: como bater o pé ao FMI

págs. 18/19

Candidatura de Soares Carneiro "marca passo" na AD?
pág. 2

Quem roubou o tesouro de Guimarães
pág. 36

Jornalistas têm greve na agenda
pág. 10

DESODORIZA E CUIDA DOS SEUS PÉS

O reverso de informar

Começa a tornar-se verdadeiramente preocupante a eficácia com que forças ligadas ao actual poder têm prosseguido uma espécie de lenta asfixia da experiência democrática iniciada em Abril de 1974. Asfixia lenta e meticulosamente levada a cabo por vezes por uma pequena multidão de cúmplices invisíveis contra uma experiência histórica destinada a afastar para sempre de Portugal o espectro da ditadura, seja qual for o seu sinal, e da exploração, esta é uma das maneiras mais eficazes e silenciosas de matar a esperança de Abril, em toda a sua grandeza e generosidade. Sabendo que não poderiam, para já, matar de um só golpe o que Abril representa em Portugal, os seus inimigos ou adversários adoptaram a outra forma de minar o Portugal livre e virado para o futuro que despontou há quase seis anos e meio. Matar também pode ser, simplesmente, ir progressivamente tornando a vida impossível...

É a isto que, hoje, se assiste, em Portugal. Perante a indiferença, o desinteresse e a inércia de muitos, uma turba de invisíveis cúmplices das forças mais retrógradas deste país tem vindo a tecer as condições que, pouco a pouco, poderão tornar impossível a integral e genuína expressão das liberdades, até mesmo daquelas que alguns chamam de meramente formais. A liberdade de expressão, por exemplo. Quando esta liberdade é de qualquer forma posta em perigo pode dizer-se que todas as liberdades são ameaçadas.

A AD não apontou à Rádio ou à TV a arma morfiara da censura institucionalizada, simbolizada, quanto à Imprensa, no lápis azul, na tesoura, ou nos carimbos «cortado», «suspensão», ou «autorizado com cortes» que os jornalistas conheceram, até Abril de 1974. Mas outra forma de asfixia está a ser consumada por uma malha em que se incluem «comissários políticos» entre os quais alguns a que será difícil considerar, pela sua acção, jornalistas.

Neste aspecto, para não falar de outros, o saldo da actual governação da Aliança Democrática está demasiado identificado com aquela subtil forma de fazer morrer as coisas em fogo lento de que acima falámos. E isso pode levar a que fique em perigo não apenas a liberdade de informar e de ser informado, mas a própria democracia — mesmo sem tentações golpistas, à chilena ou à boliviana.

A preocupação é tanto maior quanto é certo que nos encontramos em plena campanha eleitoral, quando todos os meios são poucos para garantir uma correcta e pluralista informação dos cidadãos sobre as várias opções em presença, especialmente nos grandes «mass media» audiovisuais. Se estas se reduzem, por força inclusive de limitações artificialmente impostas à sua divulgação, sendo o próprio Governo, bem como as forças políticas que o apoiam, quem beneficia da parte de leão da informação disponível, estamos perante um abuso de poder. Isto porque tal se traduz numa evidente desigualdade com um iniludível benefício para os partidos que estão no Governo, e ao qual pertencem mesmo muitos dos mais destacados candidatos a deputados da AD, seus cabeças de lista nos maiores círculos eleitorais do país.

Referimo-nos, claro, à proibição imposta pelas direcções de informação da RTP e da RDP (ignoramos se por sua iniciativa, se por ordens da Administração ou ainda mais de cima...) de tratar noticiosamente quaisquer temas relacionados com a campanha eleitoral e com os partidos que nela intervêm. Enquanto, claro, se pode dar — e dá — tudo que seja respeitante ao Executivo e aos seus membros, inclusive o que se traduz em visitas, posições ou medidas nitidamente eleitoralistas.

Além disso, e do ponto de vista dos profissionais da informação, é de todo humilhante — além de ser de todo insólito... — que eles não possam noticiar e tratar em termos informativos o que constituem exactamente os factos dominantes e os temas mais em evidência e polémicos da vida portuguesa neste momento. Digamos que é o reverso de informar.

Ora, o que a lei exige é a neutralidade e imparcialidade dos órgãos de informação do Estado, bem assim como de todos «titulares dos órgãos e agentes do Estado, das pessoas colectivas de direito público, das pessoas colectivas de utilidade pública administrativa», etc. E neutralidade ou imparcialidade não são o mesmo que silêncio, e logo silêncio imposto. Imparcialidade e neutralidade exigem, sim, que não se beneficiem uns em prejuízo de outros (e é a isso que os critérios que se pretende impor na RTP e RDP conduzem). Imparcialidade e neutralidade exigem, sim, que como aliás dispõe o Decreto-Lei 85-D/75, se dê «um tratamento jornalístico não discriminatório às diversas candidaturas, em termos das mesmas serem colocadas em condições de igualdade».

É certo que há por aí, e cada vez mais, «comissários políticos», que não se podem confundir com os verdadeiros jornalistas. E, porque é nessas águas que navegam, alguns dos responsáveis por estas coisas tenderão a confundir com eles a maioria dos profissionais da informação, que, infelizmente, são vítimas de inaceitáveis decisões ou critérios daquele tipo.

Nacional

Sá Carneiristas activos

Pouco firme a posição de Soares Carneiro

Na semana em curso em alguns meios políticos desafectos a Soares Carneiro mas também em outros que lhe são próximos admitia-se a possibilidade da AD «trocar», após as eleições legislativas de 5 de Outubro, o candidato presidencial.

Com efeito, não se dissipam os sintomas de mal-estar entre a candidatura de Soares Carneiro e certas instâncias das estruturas da AD. Um dirigente da actual maioria queixava-se de que o general «não sabe e não quer expor o que é apropriado para o momento». «Ele detesta afinal ter alguém para o dirigir», acrescentava — «Não tem figura nem voz que consiga captar as atenções da opinião pública.»

Alguns influentes políticos da AD admitem já em privado que se esta formação não obtiver a maioria nas próximas eleições de 5 de Outubro poderão «deixar cair» Soares Carneiro.

Mas a grande novidade é que começa a ser, de novo, insistentemente, ventilada a possibilidade de Sá Carneiro vir a tentar ser o candidato da AD, se esta obtiver a maioria absoluta. Segundo prognósticos que são feitos em meios bem informados, que se fundamentam em informações providas do círculo restrito dos dirigentes mais importantes da AD, Sá Carneiro estaria disposto a vender a primeira jogada a seu gosto: tentar «sair pelo alto» da situação embaraçosa em que presentemente se encontra, em virtude, sobretudo, da

questão relacionada com acusações de dívida à banca e mesmo fraude.

Nos últimos dias, segundo pudemos apurar, esta possibilidade de candidatura de Sá Carneiro era não só temida nos meios próximos da candidatura do general dos comandos como admitida em meios próximos

dos «homens do actual presidente».

Uma qualificada figura da AD com quem contactamos considerou, porém, «descabida» a hipótese de uma candidatura de Sá Carneiro.

Patente tem sido, como «O Jornal» já referiu, uma certa tendência para uma divisão entre aqueles que «apostam» em Soares Carneiro (onde se notam, nas primeiras filas, alguns «independentes» proeminentes como Barbosa de Melo e Mota Pinto), e aqueles que mais uma vez querem encontrar a saída através do recurso ao carisma de Sá Carneiro.

Esta fractura é acompanhada de uma outra divisão que nunca deixou de se fazer sentir e se situa nas estratégias diferentes e por vezes concorrentes entre as cúpulas do PSD e CDS. Mas mesmo no CDS, o apoio a Soares Carneiro não é incondicional, sobretudo se a AD perder as eleições.

Nos meios da AD, reconhecendo-se a forte posição de Ramalho Eanes, acredita-se, contudo (com aparente sinceridade) na possibilidade de Soares Carneiro vencer, se beneficiar de uma dinâmica criada com o triunfo da AD.



Soares Carneiro, com Sá Carneiro e Freitas do Amaral em comício da AD. O general dos comandos ainda terá o estrado sob os pés depois das legislativas? Se não, quem o terá?

A venda nos locais habituais

o jornal

Também à terça-feira

Edição Especial/Eleições

De 16 de Setembro a 7 de Outubro

Para o caso da AD e Eanes ganharem

Não faltam já candidatos a primeiro-ministro

Pedro Cid

«Sá Carneiro nunca tomou nenhuma posição pública em 1976 contra a candidatura do general Ramalho Eanes à Presidência da República» — disse a «O Jornal» um dos principais dirigentes do então PPD da altura. É verdade que o candidato que Sá Carneiro então preferiria não era Ramalho Eanes, mas Pires Veloso, mas é exagerado afirmar, como afirmou na entrevista ao «Tempo» que em 1976 era já contra a candidatura de Ramalho Eanes.

«O que então se passou — disse-nos esse antigo dirigente — foi que tendo sido informado por Marcelo Rebelo de Sousa de que o PS se preparava para apoiar publicamente a candidatura do então chefe do Estado-Maior do Exército, Sá Carneiro confidenciou aos seus mais próximos colaboradores na direcção do Partido de então, que era necessário exprimir publicamente o apoio a Eanes, antes que o PS o fizesse.»

Esta a verdade dos factos, que, na opinião do nosso interlocutor talvez não convenha a Sá Carneiro lembrar agora, em toda a sua extensão.

Porém, é verdade que na Comissão Directiva do Partido, Sá Carneiro defendeu a abstenção na votação final da Constituição de 1976. Mas também é verdade que um ou dois meses depois Sá Carneiro, em pleno Congresso da JSD, tecia loas ao espírito eminentemente social-democrata da nova lei fundamental do País.

Novo confronto
Carlos Macedo-
Helena Roseta?

Entretanto, esteve ontem, quinta-feira, reunida durante toda a manhã, na Rua de Bue-

nos Aires a Comissão Permanente do PSD, sob a presidência de Sá Carneiro. É a segunda vez que decorre tal reunião desde que Sá Carneiro regressou à presidência activa do partido. Participaram além de Sá Carneiro, Helena Roseta, António Cabecinha, Eurico de Melo e António Capucho. Ao que conseguimos apurar, tratou-se de uma reunião de rotina, sem nenhuma novidade, «quase um encontro de amigos para um café», conforme nos dizia uma fonte próxima da Duque de Loulé. Todavia está criado um facto político novo. E o jornalista deu-se conta que no decorrer da campanha eleitoral do ano passado nunca se reuniu a Comissão Permanente do PSD.

Dai que parece estarmos perante uma afirmação pura e simples de liderança política por parte de Sá Carneiro. E, a este propósito, recorda-se que Helena Roseta terá dito a Sá Carneiro no último Conselho Nacional social-democrata, mais ou menos isto: «Ainda bem que regressa porque este partido tinha falta de liderança». Ora, a direcção política do PSD esteve desde Janeiro a cargo, principalmente, de Carlos Macedo. Era portanto este dirigente que H. Roseta pretendia visar. O mesmo Carlos Macedo

que esteve ausente desse Conselho Nacional, por se encontrar no estrangeiro. Carlos Macedo, que sendo candidato por um dos círculos do Norte, está afastado de Lisboa e da Comissão Permanente.

Acresce ainda que, segundo foi referido a «O Jornal», Helena Roseta tem voltado a fazer uma nova e intensiva aproximação a Sá Carneiro, ainda que com algumas reservas quanto à estratégia global do partido, mormente quanto às presidenciais.

Os cenários eleitorais possíveis

No PSD os estrategos debruçam-se sobre os cenários possíveis, em face dos resultados eleitorais: O primeiro é a maioria absoluta: Sá Carneiro permanece à frente do Governo, ainda que haja quem defenda que se devem criar as condições necessárias para uma desistência de Soares Carneiro, catapultando Sá Carneiro a candidato presidencial da AD. Facto que, todavia, parece inverosímil, face às mais recentes declarações do actual primeiro-ministro.

De todo o modo, se Eanes for reeleito, Sá Carneiro não será primeiro-ministro a partir de 15 de Janeiro. Regressará ao Parlamento, a Aliança Democrática escolherá um Chefe do Governo de sua confiança (ouvimos já vários nomes possíveis — Eurico de Melo, Loureiro Borges, actual vice-governador do Banco de Portugal, António Barreto, Pinto Balsemão, Cavaco e Silva e Mota Amaral). Procurar-se-á nesse caso criar um desgaste institucional, que leve o Presidente da República a dissolver o Parlamento e convocar novas eleições gerais. Se a AD ganhar com maioria absoluta, apontar-se-ia a Eanes um cenário de renúncia, com a consequente eleição presidencial, a grande

oportunidade de Sá Carneiro, como afirmava a «O Jornal» alguém ligado à campanha eleitoral da AD. O segundo cenário é a ausência de maiorias absolutas, e aqui as opiniões divergem. Porque há quem defenda, na linha de Mota Amaral que deve haver capacidade negociadora para criar novas maiorias, para além dos quadros eleitorais.

A campanha eleitoral

Segundo nos disseram o balanço das primeiras declarações e as reacções públicas não têm sido de molde a gerar um optimismo no que diz respeito aos resultados finais. A situação é bem diferente das eleições de 1979, em que todos estavam possuídos de uma dinâmica de vitória. A AD representava uma expectativa que não soube ser posta em prática com todas as potencialidades. Hoje, estamos desgastados por um período difícil de Governo, e se é verdade que este tem um trabalho positivo e alguns poderosos trunfos a seu favor, tudo isso por si só não resolve o mais importante, que é, no mínimo, reconquistar a maioria. Acresce ainda — disse-nos o nosso interlocutor — que é perceptível na opinião pública, e em especial nos grandes centros urbanos (onde se decidirá a votação) o receio de uma guinada perigosa para a direita. «Por outras palavras — continuou a nossa fonte — a política do tudo ou nada, que em princípio seria galvanizadora de uma grande jornada rumo à vitória eleitoral, está a causar um certo mal estar, sobretudo quando se foi longe de mais nas afirmações e, houve por isso que fazer recuos mal lembrados, mesmo em cima da campanha».

A reunião de ontem da Comissão Permanente de não ter feito o balanço, até no sentido de revitalizar toda uma estratégia que não tem provado ser a melhor, nesta primeira semana de campanha.

Ainda a dívida de Sá Carneiro

Quanto ao caso da «dívida» de Sá Carneiro, é um dos pontos fracos — e corrosivos — da campanha eleitoral da AD. Senti-

da por todos quantos estão mais directamente ligados à campanha eleitoral desta coligação. Esta semana dois dados novos surgiram entretanto. O lançamento de um livro condensando todo o material publicado pelo «O Diário» incluindo a reprodução de documentos. Nesse lançamento Miguel Urbano Rodrigues anunciou para breve a publicação de outros documentos sobre o caso. (Ler notícia noutra local).

O segundo dado novo é oferecido pelo «Povo Livre», jornal oficial do PSD. A questão é posta em termos poucos claros e mais uma vez geradores de confusão em muitos espíritos. De facto o «Povo Livre» escreve: «A regularização do crédito contraído anteriormente ao 25 de Abril, por Francisco e Ricardo Sá Carneiro no BESCL foi estipulada em termos perfeitamente regulares e normais entre Ricardo Sá Carneiro e o BESCL, tendo sido formalizada há mais de um ano».

Isto é, confirma-se que Sá Carneiro contraiu dívidas, mas na regularização do crédito desaparece o nome de Francisco para, na palavra do «Povo Livre», figurar apenas o nome de Ricardo. Não se esclarece a razão pela qual ele aparece como único responsável. Por isso se não explica claramente o modo como Sá Carneiro transferiu para o seu irmão os seus débitos ao BESCL.

Da mesma forma ficam por explicar as razões por que só há um ano, isto é cinco anos depois de contraída a dívida foi regularizada, não se explicando como o foi. E os documentos publicados pelo «O Diário», sugerem que, pelo menos durante um período de tempo, terá havido a intenção de ocultar a dívida e fazê-la cair no esquecimento.

Obviamente o jornalista não quer tomar posição nesta matéria tão controversa, mas não pode ignorar os próprios receios e interrogações que recolheu em vários meios, alguns bem próximos da AD. E registar a falta de clareza nas explicações do «Povo Livre», que no mínimo são geradoras de interrogações pertinentes às quais, de momento se não vislumbra resposta. E a dúvida é uma das mais terríveis consequências e corrói as consciências mais seguras.

Publicações Projornal

Director de Edições
José Carlos de Vasconcelos

o jornal

Director:
José Carlos de Vasconcelos
Director adjunto:
José Silva Pinto
Chefe de Redacção:
Manuel Beça Múrias

Redacção: Afonso Praça, Almeida Martins, Carlos Cáceres Monteiro, Carneiro Jacinto, Edite Soeiro, Fernando Antunes, Fernando Assis Pacheco, Francisco Vale, José Pedro Castanheira, Lurdes Feio, Pedro Rafael dos Santos, Pedro Vieira.

Departamento Fotográfico: Joaquim Lobo e Inácio Ludgero.

Departamento Gráfico: João Segurado e José Pinto Nogueira, com a colaboração de Joaquim de Brito, e Manuel Vieira.

Colaboradores permanentes: Augusto Abelaira, A. Sousa Franco, António Macedo, Albertino Antunes, Belino Costa, Beja Santos, Eduardo Lourenço, Eduardo Prado Coelho, Eugénio Ataíde, Fernando Namora, Daniel Amaral, Eurico Fonseca, Luis Pinheiro de Almeida, Luis de Sttau Monteiro, Mário Zambujal, João Abel Manta, João Medina, Joel Serrão, Jorge Barata Preto, José Manuel Nunes, Miller Guerra, Maria Judite de Carvalho, Nelson Di Maggio, Onésimo Teotónio de Almeida, Rémy Freire, Rolo Duarte, Vitor Pavão dos Santos. Porto: Germano Silva, Perela Pinto e Rodrigues Alves. Madeira: Tolentino Nóbrega. Correspondentes: Alípio de Freitas (Brasil), António Chaves (Bélgica), Anatoli Kuprinov (URSS), Bernardo Futscher Pereira (EUA), Luis Esteves (Suíça), Jardim Gonçalves (França), Jorge Ribeiro (Maputo), Manuel Cabral (Grã-Bretanha), Manuel Lopes (Espanha), Pedro Varanda de Castro (RFA).

Serviço de Apoio: Maria João Leitão Múrias e Teresa Brás (Documentação), Helena Garcia e Isabel Pires (Secretariado).

Sede da Redacção e Administração: Avenida da Liberdade, 232, r/c dt.º — 1200 Lisboa — Telefones 574520/574593/574643. Telex: 18388.

Direcção Administrativa e Comercial: António Gomes da Costa e Henrique Segurado Pavão. Propriedade: Publicações Projornal, Ld.º

Serviços Administrativos e Comerciais: Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º, 1100 Lisboa — Telefones: 40437 / 41260 - 574520/574593/574643.

Delegação no Porto: Redacção e Publicidade — Rua Formosa, 187, 1.º, 4000 Porto. Telef. 384611.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada.

Avenida da Liberdade, 232, r/c dt.º — 1200 Lisboa — Telefones: 574520/574593/574643.

Impresso na Empresa Pública do jornal Diário Popular.

Distribuição: Dijornal — Distribuidora de Livros e Periódicos, Limitada.

Exclusivos para Portugal: «Cambio 16» (Madrid), «Le Nouvel Observateur» (Paris), «Le Monde de l'Education» (Paris), «Movimento» (Rio de Janeiro). Serviços das agências ANOP, Dias da Silva e Europeia de Imprensa.

Assinaturas (pagamento adiantado) — Continente e Ilhas: anual 600\$00; semestral 300\$00; trimestral 150\$00; Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor (via aérea): anual 2000\$00; semestral 1000\$00; Europa (via aérea): anual 2000\$00; semestral 1000\$00. Espanha (via aérea): anual 1100\$00; semestral 550\$00. Restantes países incluindo o Brasil (via aérea): anual 2700\$00; semestral 1350\$00.

Tiragem média
no mês de Julho
70 300 exemplares



PORTE
PAGO

ACABA DE SAIR EDITADO PELA INCM

VASCO PAULO VALENTE

ESTUDOS
SOBRE A CRISE NACIONAL



À VENDA NAS LIVRARIAS
DISTRIBUIÇÃO DIGLIVRO

incm IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA

EDREDONS SNUCKER

COCKTAIL DE INAUGURAÇÃO DE UMA NOVA LOJA



À direita, a Exm.ª Sr.ª D. Maria Teresa Fino da Snucker com uma das suas convidadas.

Foi um enorme sucesso a inauguração da nova loja de edredons e lençóis Snucker, no passado dia 15. Uma decoração sem artificios para um espaço aberto e um ambiente de harmonioso colorido. Houve um cocktail requintado com a presença de «toda a gente» que não perde estas ocasiões.

À procura de bom-gosto! Para alguns, os edredons Snucker não eram novidade. Lindíssimos, confortáveis e práticos, tornaram-se indispensáveis. Para outros uma verdadeira descoberta. E, em todos, o desejo de experimentar um novo padrão para cada quarto. Uma nova loja para vender Pronto-a-Dormir!

AD

A campanha vista por Carneiro Jacinto



E agora os grandes testes

Pouco mais de quinhentas pessoas assistiram, quarta-feira à noite, nas Caldas da Rainha, à principal realização desta semana (enquanto os líderes descansam) da Aliança Democrática. Um comício curioso pois permitiu retirar conclusões sobre a forma como se desenrola a campanha da AD, fora do âmbito restrito e quantas vezes repetitivo da actividade dos líderes. Um comício onde Ângelo Correia foi a «atração especial» e em que foram ditas coisas a merecer alguma atenção.

Nove e meia da noite nas Caldas da Rainha. Uma humidade enorme, frio mesmo e pouco entusiasmo no pavilhão da estação agrícola. Cá fora carros cheios de meninos e meninas anunciam o comício e o nome das «estrelas» da noite. Ângelo Correia, sempre com o seu ar cínico e ao mesmo tempo eufórico, diz-me que a passagem de Soares pelas Caldas foi «uma desgraça» e que anda a fazer por dia mais sessões de esclarecimento em Aveiro que todos os outros concorrentes juntos.

Chegam-lhe informações sobre a última sondagem que a AD encomendou à Norma que

A lógica deste raciocínio termina invariavelmente com a mesma conclusão: «logo se nós não ganharmos o País irá ser governado pelos comunistas, pela primeira vez depois do 25 de Novembro».

A satisfação de Ângelo Correia é enorme, quando num dos seus habituais gestos melodramáticos, diz que pelo menos numa coisa está de acordo com Álvaro Cunhal. Quando este declara que «a FRS não tem qualquer hipótese de obter a maioria absoluta». A bipolarização, pois claro, que continua a interessar à AD e em que joga quase instintivamente a APU.

este propósito, as preocupações têm aumentado uma vez que o entusiasmo das populações, a sua presença nos comícios e sessões de esclarecimento tem sido até agora, e de uma forma geral, menor que em Dezembro.

Nas Caldas da Rainha, por exemplo, antes do animador ter feito entrar no recinto um ruidoso grupo de meninos e meninas, mais parecia que as pessoas se preparavam para assistir a uma sessão de cinema ou de teatro que a um comício político; tal a pacatez e sonolência com que se acomodavam. Mas os jovens, sempre os jovens lá estavam para animar a malta...

A abstenção preocupa os responsáveis da AD e mais do que isso um certo convencimento em muita gente de que «a vitória está no papo e posso deitar-me a dormir...». Dos seis oradores do comício das Caldas, nem um deixou de se referir a este aspecto, lançando apelos da mais variada ordem para



Fundação Cur...

Ângelo Correia «Acreditem naquilo que vos digo...»

— diz — o deixam tranquilo e seguro da vitória. Enquanto faz horas para que a sala se componha um pouco mais, sempre adianta coisas com interesse. Esta, por exemplo: «A APU está novamente a ajudar-nos com esta polémica que trava com a FRS, a propósito da política de alianças».

A (ajuda) da APU

Aí está um elemento-chave para entender a campanha da AD — a política de alianças. Falando nas Caldas da Rainha Ângelo Correia, como Vítor Crespo, Luís Coimbra e Carvalho Cardoso não se cansaram em explicar clara e pacientemente o que sucederá se a AD não tiver a maioria absoluta dos deputados.

«Se assim acontecer — diria Ângelo Correia — votaremos contra tudo — um Governo minoritário do dr. Soares ou outro, o orçamento, as leis que queiram fazer aprovar no Parlamento».

«Logo — prosseguiria — ou entramos em novo impasse, com uma sucessão de Governos a cair e uma precissão constante a Belém, ou então o dr. Soares faz um acordo com o PC para governar, que não será de borla, pois este partido nunca deu, só tirou».

As sessões de esclarecimento e o comício da AD a que assisti esta semana, não nos deixaram qualquer dúvida sobre isto: a AD quer convencer toda a gente de que a paz, a estabilidade e a segurança só se conseguem com um Governo da AD e que portanto os portugueses devem votar pelo seguro, na continuidade, na aposta com mais hipóteses de ser premiada.

E aqui entra a apresentação do rol de medidas tomadas pelo Governo, explicadas nas Caldas, com indiscutível pedagogia, pelo actual ministro da Educação, Vítor Crespo.

Uma confirmação, portanto do que aqui escrevemos terça-feira: a política do tudo ou nada, para a qual podem contribuir e ajudar todos os adversários e os mais pequenos pormenores. Em suma, a AD quer ganhar para si o voto útil dos indecisos, daqueles que não tem ainda a sua opção de voto.

O receio pela abstenção

Surpresa, surpresa foi termos encontrado esta semana, um pouco por todo o lado, um grande receio na AD de que a abstenção nesta eleições possa vir a ser grande, o que lhe causaria naturais transtornos. A

que toda a gente compareça às urnas no dia 5 de Outubro.

A linguagem do antigamente

Outro aspecto importante, e em alguns casos «folclórico» desta campanha da AD reside na linguagem, política ou não, utilizada no esclarecimento. A AD diz não querer responder às calúnias, e os seus líderes passam claramente à margem de questões que andam na boca de toda a gente. Mas há quem não se contenha e perca, uma vez por outra a cabeça. Nas Caldas da Rainha, Mário Soares, por exemplo, foi acusado de tudo — umas vezes com graça outras com evidente mau gosto. E foi caluniado, até com o recurso a imagens do tempo da outra senhora e a métodos bem pouco elegantes.

António Pimentel, candidato a deputado, em representação do CDS, acusaria Mário Soares de «falta de vergonha» no debate que travou com Freitas do Amaral, antes de mimosear a assistência só com isto: «nós não somos a reacção, mas reagimos contra o roubo da propriedade privada; reagimos contra o que de mal Soares fez ou deixou fa-

zer; reagimos contra Soares e quejandos que andaram no estrangeiro com o dinheiro do Estado, foram cobardes, espezinharam em Londres a bandeira portuguesa, enquanto mães choravam os seus filhos que combatiam em África».

Nem mais, nem menos. Ângelo Correia, que durante todo o comício se divertiu (e fez divertir) os jornalistas presentes, corou e... no final aplaudiu. Luís Coimbra não gostou e o resto dos convivas, entreteve-se. O público, esse, aplaudiu ruidosamente.

Ângelo Correia, por seu turno, no único momento em que perdeu o fio à meada e o tipo de argumentação, logo tratou de recordar ao PS «os casos Palma Inácio, Lopes da Neta e Edmundo Pedro» e insurgiu-se contra Soares e a sua visita, no mesmo dia, ao mercado das Caldas.

É isto: a AD parece começar a estar com «o saco cheio» e muito embora o documento de estratégia peça aos candidatos para evitarem envolver-se em polémica, há quem não resista... E a verdade é que, pelo menos o público das Caldas da Rainha, como algum que vimos em sessões em Lisboa, gosta destas brincadeiras...

Aliás, é grande a diferença entre a linguagem dos líderes, muito precisa, mas em alguns casos pouco eleitoralista, e a dos candidatos, muito mais livres de certas amarras. Para se compreender inteiramente o tipo de campanha da AD nada mais útil do que assistir a este tipo de comícios.

Que se passa com Lucas Pires?

O grande ausente do comício das Caldas da Rainha, até porque o seu nome não foi anunciado como o da grande figura, foi Francisco Lucas Pires. O «enfant terrible» do CDS não esteve nas Caldas da Rainha e parece andar «ausente» desta campanha. Primeiro foi porque estava no estrangeiro, e agora porque será?

Todos aqueles a quem colocámos esta questão nos disseram que não se passava nada de especial e que a sua ausência já estava prevista, tendo Carvalho Cardoso sido avisado há uma semana de que o devia substituir. Mas a verdade é que escutámos aqui e além indícios de que nem tudo correrá sobre esferas. Fala-se que a propaganda não funciona em Coimbra e que Lucas Pires está apagado.

Quer se queira, quer não, o comício das Caldas foi bastante inferior ao que ali se realizou em Novembro, com a presença dos três líderes. Em entusiasmo, em presença de público e em qualidade (com excepção à já referida intervenção de Vítor Crespo). A presença dos líderes apenas em comícios nacionais parece estar a esmorecer as bases da AD e veremos como se reflectirá tudo isto no momento dos cidadãos se apresentarem a votar.

Os jovens enchem de alegria e barulho as ruas, mas as sessões de esclarecimento não conseguem tirar muita gente das suas casas. E depois aquilo que pedem é que as pessoas votem na AD para uma maioria. Quanto ao que vai ser o governo da AD, a sua actuação parlamentar, a sua proposta de revisão constitucional e o «seu» presidente, nada ou praticamente nada.

Sá Carneiro dizia no último número deste jornal que a campanha eleitoral «é para aquecer os militantes». A AD parece segura da vitória, mas os grandes testes ainda não chegaram. Vamos a ver quem aquece quem.

A campanha vista

por José Pedro Castanheira



Líderes da FRS convictos

“Se as eleições fossem no domingo a AD já não tinha a maioria”

Escadaria do Mosteiro de Alcobaca. Passam alguns minutos das 19, o tempo fresco começa a fazer-se sentir. Uma pequena pausa na campanha, que o jornalista aproveita para perguntar ao prof. Sousa Franco: «Se as eleições fossem neste domingo, a AD conservava a maioria?». Sempre atento, o dr. Mário Soares «intrometeu-se», e devolve-nos, com algum espanto: «Porquê, ainda tem alguma dúvida?». O jornalista justifica-se — a sua missão é fazer perguntas, suscitar dúvidas, procurar esclarecimentos. Sousa Franco vem em seu auxílio: «Tem toda a razão. Mas eu dou-lhe a resposta, e ela é negativa, porque a AD, hoje, já não tem a maioria».

Minutos depois, num incómodo «mini», que transporta o eng. Lopes Cardoso o jornalista volta à questão. «Você faz cada pergunta» — reage o líder da UEDS. «Tem graça, mas nunca pensei nisso. Mas vendo bem as coisas acho que, se as eleições fossem neste domingo, a AD ia perder.»

O optimismo reina nas hostes da Frente Republicana e Socialista. Cinco dias de campanha confirmam, como nos dizia Lopes Cardoso, a impressão recolhida no período de pré-campanha. O sempre reservado Sousa Franco é da mesma opinião, ao classificar os distritos de Faro e Portalegre «recuperáveis».

Foi em Faro que a FRS iniciou, no domingo, a campanha no continente se bem que Soares estivesse ausente, nos Açores (visita que «O Jornal» acompanhou a par e passo). Apesar de não ter constituído um grande sucesso, os responsáveis da Frente não escondem a sua confiança na conquista de mais um deputado pelo Algarve (alcançado «automaticamente» se se adicionar as votações do PS e da UEDS de 2 de Dezembro), havendo mesmo quem dê como certo mais um segundo mandato.

Soares e Franco optimistas Cardoso mais comedido

Mais «quente» terá sido, na perspectiva da FRS, a recepção verificada segunda-feira à noite, em Almada, pelo menos quando comparado com o que aconteceu o ano passado apesar de Setúbal ser um distrito adverso (onde os socialistas tiveram, talvez, o pior resultado das intercalares). Falando com o jornalista, Luís Nunes de Almeida, candidato por Setúbal e primeiro orador do comício, sublinhava o facto de a FRS ter reunido, «com um número equivalente de pessoas, no mesmo local em que esteve recentemente a APU, no Largo do Tribunal». Responsáveis da UEDS, por sua vez, destacavam a «forma» demonstrada por Mário Soares durante a sua intervenção, não tendo o respectivo conteúdo merecido qualquer reparo. O próprio

Soares confirmaria, dias depois, a «O Jornal» a impressão dos seus companheiros. Foi num restaurante da Marinha Grande, quando lhe chamámos a atenção para o facto de estar um pouco rouco, adiantando, em jeito de explicação, se não teria sido consequência do banho que tomara em pleno Atlântico, aquando da sua visita à ilha do Pico... «Nada disso», replicou-nos, «os banhos nunca me fizeram mal... O problema foi em Almada, quando me deixei entusiasmar com as piadas de alguns PC's que lá estavam. Mas nos últimos dias — tranquilizou — já me tenho andado a poupar mais».

Terça-feira seria a vez de Portalegre, onde o PS sofreu um dos seus maiores revezes em 1979. Não obstante, Mário Soares e Sousa Franco estão de acordo em que o PS sairá vitorioso, na luta com a AD e a APU, em torno da conquista do quarto deputado do distrito.

Lopes Cardoso, mais comedido, prefere não se pronunciar, utilizando um pretexto: «Como sabe, no ano passado fiz a campanha da UEDS, e não a do PS, pelo que não tenho um termo de comparação.» De resto, o ex-ministro da Agricultura e Pescas revelaria sempre uma grande precaução nas suas previsões.

Já Mário Soares, em conversa com «O Jornal», garantia que o comício realizado no Pavilhão Gimnodesportivo de Portalegre «foi o maior de sempre». «E repare — adiantou — que a minha intervenção foi no sentido de arrefecer as coisas e de chamar a atenção para a necessidade de não menosprezar o adversário, já que os meus camaradas do distrito estavam eufóricos em demasia.»

Aliás, Soares tem vindo, de dia para dia, a reforçar a sua convicção sobre a derrota da AD. Reunido informalmente com a meia dúzia de jornalistas que o têm acompanhado, o líder da Frente diria, num café de Alfeizerão, que «considero uma impossibilidade a AD ter a maioria». Na terminologia utilizada no final do jantar da Marinha Grande voltaria ao mesmo tema: «É hoje evidente que a AD está na defensiva, es-



Soares, Sousa Franco e Lopes Cardoso
«Vamos ganhar»... «Claro»... «É evidente»

tã com má consciência, e que vai perder».

Campanha em Leiria a «menos positiva»

A que se deve esta sensação? — pergunta o jornalista a si próprio. A dinâmica da Frente, ou à inércia e erros da actual maioria? A viagem ao distrito de Leiria pode dar-nos algumas pistas. E o que vimos foi uma FRS longe de mobilizar as populações e de suscitar adesões entusiásticas, sobretudo nas áreas que eleitoralmente lhe são mais adversas. Talvez que a campanha de Leiria não tenha sido o melhor exemplo, mas as suas características económicas, sociais e políticas — sete deputados da AD, três do PS e um da APU — apontam-na claramente como um distrito de transição, que deveria ser especialmente visado pela FRS. Contudo, o que nos foi permitido ver foi uma FRS muito bem acolhida, mas nas zonas de tradicional implantação socialista (casos típicos de Peniche e sobretudo Nazaré, onde foi possível fazer pequenas manifestações espontâneas, indiscutivelmente bem conseguidas — «um happening», como lhes chamaria Lopes Cardoso.

Em contrapartida verificou-se um trabalho deficiente nas zonas influenciadas pela AD ou pela APU: casos, para a primeira, do Bombarral ou de Alcobaça, e, na segunda, da Marinha Grande. Isto, para não falar de situações onde foi patente ou a desmobilização ou (o que é mais provável, cremos) a desorganização — um terço do programa não foi cumprido, com especial relevo para a inesperada ausência dos três líderes no comício distrital, anunciado para a noite, em Leiria, o que provocou notórias e compreensíveis reacções de desagrado de militantes e responsáveis da FRS, incluindo candidatos a deputados.

Não conhecemos os reais motivos que terão levado os líderes a não estar presentes ao comício de Leiria — que viria a saldar-se por um semifracasso. A

explicação oficial foi a necessidade de os líderes ultimarem alguns pontos mais controversos do programa de Governo da Frente.

Regressados da Marinha Grande, os três líderes reuniram-se, por algumas horas, em casa de Mário Soares, supomos que para discutir aquela matéria — cuja apresentação se faz sentir, conforme nos disse uma fonte ligada à Comissão Técnica Eleitoral, devido às críticas que a AD tem dirigido. No entanto, ao longo da madrugada, passariam pela residência do secretário-geral os principais responsáveis pela campanha, a nível nacional e distrital, tendo sido discutidas, ao que nos informaram, entre outras matérias, os resultados da digressão por Leiria, que terá sido considerada, até ao momento, a que teve «resultados menos positivos».

Soares clarifica posição da FRS

Não obstante, a peregrinação dos líderes da FRS por terras do Lis teve algumas vantagens. E a primeira delas foi a possibilidade de Mário Soares desenvolver, de uma forma mais clara, as suas posições quanto à política de alianças. Em diversas intervenções que fez, e sobretudo em resposta aos jornalistas, que reuniu à volta de umas mesas num conhecido café em Alfeizerão, Soares clarificou um pouco mais a posição da FRS. Se a AD e a FRS alcançarem a maioria absoluta, sustentou, o problema resolve-se por si. Se a AD não obtiver aquela marca — hipótese que Soares só admite em termos abstractos — assistiremos, conforme disse, «a um bloqueamento do sistema, uma vez que a AD já anunciou que não aceitaria formar um governo minoritário».

É aqui que Soares aproveita para explicar, na sua perspectiva, a diferença entre a FRS e a AD: «é que a FRS, se tiver a maioria relativa, não bloqueará o sistema». Como? — per-

gunta o jornalista, e certamente, o eleitor. Soares responde, com o que já havia dito no debate televisivo com o prof. Freitas do Amaral, repetido nos Açores: «recusamos qualquer aliança com a AD ou com a APU, mas estamos dispostos a dialogar e estudar todas as soluções».

Mas o que Soares disse de verdadeiramente novo é que «a

FRS está disposta a conversar com o primeiro-ministro que vier a ser indicado depois das eleições pelo Presidente da República, havendo que pesar, muito naturalmente, o seu perfil e personalidade, bem como o respectivo programa». Obviamente que o jornalista quis saber mais coisas, e perguntou em que nomes é que Soares estaria a pensar. A resposta do dirigente da Frente nada adianta e mantém a expectativa: «O Presidente da República tem nas suas mãos uma gama imensa de possibilidades...» Talvez venhamos a conhecer parte dessa «gama» daqui por uns dias...

«Obrigatório» falar de Eanes

A campanha irá continuar, com eventuais correcções, nos mesmos moldes. Soares à frente, a procurar o contacto directo (em que é especialista) com as populações e especialmente com o seu eleitorado. A caminho de uma «forma» que há muito não

lhevamos. (Um parêntesis para sublinhar o invulgar cuidado posto no contacto com os jornalistas, pese as deficiências já características do PS, e, por consequência, da FRS.)

Quase sempre atrás, um Lopes Cardoso que não consegue esconder a sua inteira desadaptação ao tipo de campanha delineado pela CTE. «Não estou vocacionado para isto, não se adequa às minhas características pessoais...» desabafaria o líder da UEDS, na viagem que o levaria de um «banho de multidão» em Peniche, para um outro ainda maior, na Nazaré. Mais ajustado às sessões de esclarecimento e sobretudo aos grandes comícios — onde sempre revela a sua veia de orador arrebatado — o líder da UEDS lá vai, magro e algo envelhecido nos seus 47 anos, mas disciplinadamente, participando na campanha.

Mais à vontade, mas sem espontaneidade e mantendo um certo «pudor», Sousa Franco faz um esforço visível, e por vezes com êxito, por acompanhar Mário Soares.

Quanto à Frente Republica-

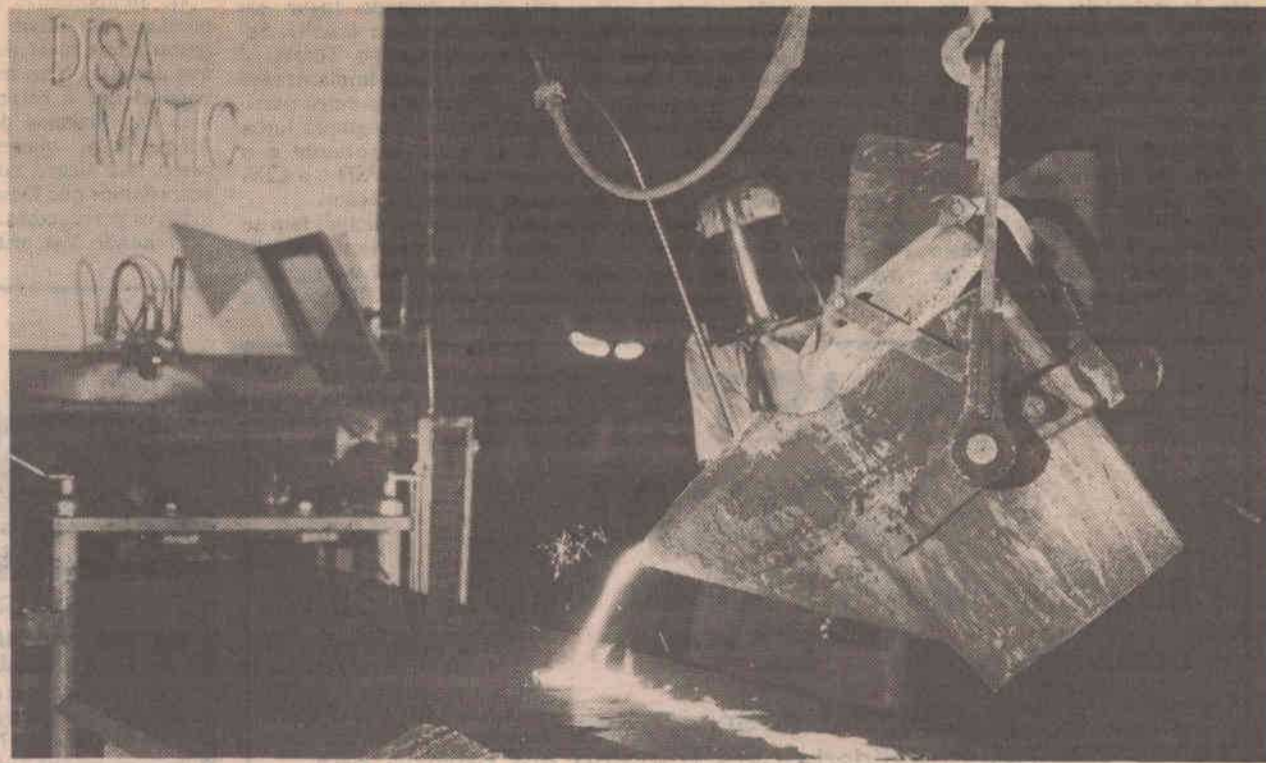
na e Socialista, ela é uma realidade assumida integralmente pelo trio, havendo a registar, de um modo geral, uma resposta muito positiva por parte das populações, identificadas tradicionalmente com o PS. A sigla FRS vai sendo progressivamente acolhida, do mesmo passo que o apoio da coligação à recandidatura do general Ramalho Eanes às eleições presidenciais.

De resto, a figura de Eanes tende a ser referida, quase que obrigatoriamente, nas alocações pelo menos de Soares e de Sousa Franco, sendo sempre acolhida com aplausos. Insuspeito de eanismo, o próprio engenheiro Lopes Cardoso, que reiterou a «O Jornal» a sua disposição de não fazer a campanha de Ramalho Eanes, diria ao jornalista, entre o ruído do motor e os desagradáveis solavancos das sofríveis estradas de Leiria, que «nos últimos meses, a AD transformou Ramalho Eanes no melhor trunfo eleitoral da FRS». Uma leitura que os cinco primeiros dias de campanha se encarregaram de confirmar.

o maior exportador de ferro maleável



MENÇÃO HONROSA "PRÉMIO CARAVELA, 1979"
atribuído pelo Fundo de Fomento de Exportação



- 40 anos de fundição ao serviço da economia nacional
- 70% de produção exportada para os países mais altamente industrializados
- a mais avançada tecnologia
- elevados níveis de qualidade e serviço

OFF

OLIVEIRA & FERREIRINHAS, LDA.

Est. Ext. da Circunvalação, Apartado 106 - Matosinhos 4463 Codex - Portugal - Tel. 93 10 81/2 - Telex 22640 OLIFER P.

MINI-CRUZEIRO A GIBRALTAR E CEUTA

De LISBOA a LISBOA

A bordo do moderno paquete
FUNCHAL
Classe única • Serviço de 1ª cl.



1.ª Cruz. 1 a 4 OUT (quase esgotado)
2.ª Cruz. 29/OUT a 1/NOV/80

Preços excepcionais desde **9.600s**

VANTAJOSAS COMPRAS EM PORTOS FRANCOSS
— o grande atractivo destes cruzeiros.

ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840

LISBOA - Av. Liberdade, 180 - Tel. 371341
PORTO - Av. Aliados, 207 - Tel. 317921
COIMBRA - Rua da Sota, 2 - Tel. 27011/2
FARO - Av. República, 124 - Tel. 25035/6
FUNCHAL - Rua Gorgulho, 1 - Tel. 31077/8

UMA EMPRESA PRIVADA. DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO



**A campanha vista
por Afonso Praça**



Campanha (também) é festa

Em Sobral de Monte Agraço, a menos de quarenta quilómetros ao norte de Lisboa, a Aliança Povo Unido está nas Festas e Feira de Verão-1980. Iniciadas no dia 13, com o patrocínio da Câmara Municipal (maioria APU, diga-se de passagem), as festas terminam no domingo, mas o Pavilhão Povo Unido, instalado na Rua Miguel Bombarda, vai continuar até ao fim da campanha eleitoral, com sessões de esclarecimento diárias.

Chego a Sobral na noite de terça-feira, 16, e o ambiente é, na verdade, de festa, com a banda de música de Golães (Fafe) a tocar no coreto. As ruas estão festivamente iluminadas (iluminação feérica, como se lê ainda, por vezes, nas notícias dos jornais e nos anúncios das romarias) e o programa convida para um sem-número de actividades, entre as quais uma exposição de cães podengos, um cortejo etnográfico, noite de variedades, provas desportivas, tourada, folclore... Bandas de música são quatro: Golães, Sobral, Loures e Torres Vedras. Mas a música envolve toda a vila, vem de altifalantes espalhados pelas ruas, muitas delas vedadas ao trânsito para facilitar a movimentação dos peões.

No Pavilhão da APU, também há música, o ambiente é de festa porque a festa passa ali na rua e vai desembocar lá em baixo no largo onde a banda executa uma rapsódia. Mas no Pavilhão da APU, a festa é, pois claro, um pouco diferente. A campanha eleitoral constitui preocupação dominante e, quando chego, quase em cima da hora marcada para uma sessão de esclarecimento orientada pelo candidato Fernando Vaz, não mais do que uma dezena de pessoas anda por ali, na conversa, em jeito de quem espera.

A sessão vai começar com atraso. No cinema da vila, está a ser exibido, com lotação esgotada, o filme português «O Diabo Desceu à Vila», de Teixeira da Fonseca, com os actores Carlos Veríssimo, Maria Hele-

na Matos e Maria Adelina nos principais papéis. É um filme de 1977-1979, ainda não estreado comercialmente, que retoma o estilo das comédias dos anos 40. O interesse dos sobralenses pela obra de Teixeira da Fonseca tem uma explicação muito simples: o filme foi rodado ali e nele participam, como figurantes, muitos dos habitantes de Sobral de Monte Agraço, agora interessados, naturalmente, em ver a figura que fazem no écran.

«Aproveitámos as festas e montámos aqui este pavilhão onde há sessões de esclarecimento todos os dias — esclarece-me Diamantino Torres, responsável pelo PCP em Sobral de Monte Agraço. «Problemas? Não temos tido problemas, a nossa implantação no concelho é bastante forte, tanto a Câmara como a Junta de Freguesia são de maioria APU.»

Diamantino Torres conhece bem o concelho e não está preocupado com o atraso. Afinal, a sessão é apenas mais uma, a campanha ainda agora começou e, segundo afirma, «tudo vai bem». Sessões de esclarecimento, distribuição de propaganda, contacto directo com as pessoas, acções porta-a-porta ou, como dizia há dias Vitor Louro, empenhado na campanha em Braga, «esclarecimento corpo-a-corpo». E caravanas de automóveis que percorrem as freguesias do concelho.

«Nas acções porta-a-porta, temos sido bem recebidos em toda a parte. As pessoas ouvem, fazem perguntas e a maioria delas têm tendência para pôr os problemas que

mais as preocupam e, por vezes, protestam de maneira desagradável por verem que esses problemas não são resolvidos.»

Avanço agora uma pergunta, também para Fernando Vaz, candidato a deputado, ali presente: «Nesse caso, que promessas faz a APU, no caso de ter maioria e vir a constituir governo?»

Fernando Vaz, pronto, como quem atira a bola à baliza:

«Somos realistas, estamos nas eleições numa base realista e não fazemos campanha demagógica. Pensamos que só com o PS, com a FRS, podemos ser maioria, porque o PS também é um partido de trabalhadores.»

Sobral de Monte Agraço: campanha e festa

A sessão está de facto atrasada e lá fora há música — música e festa. Dentro do Pavilhão APU também.

Concelho essencialmente agrícola (vinho, cereais, batatas, fruta), conta com uma pequena indústria alimentar e algumas oficinas de reparação de automóveis. Predominam os pequenos e médios agricultores, mas muitos dos habitantes da vila trabalham na cintura industrial de Lisboa (Vila Franca de Xira, Alverca) ou mesmo na capital. Emigração, pouca.

Politicamente, Sobral foi zona de influência do PS que passou para segundo lugar em 1979, dando lugar à APU. Segundo Diamantino Torres, o PCP «tem grande implantação» e é praticamente o único partido com sede. A segunda força política mais importante é o PS, enquanto o PSD e o CDS tem fraca implantação.

A Câmara Municipal tem-se mostrado particularmente dinâmica e pretende uma gestão aberta, conhecida de todos os



Alvaro Cunhal num comício. É preciso explicar bem o significado das «argolinhas».

municipes. Foi nesse sentido que começou agora a editar um «Boletim Municipal» onde se dá conta de toda a sua actividade. Um dos avisos ali publicados: «O sr. Presidente da Câmara está, como vem sendo hábito, na disposição de atender a qualquer dia e hora todos os municípios que tenham assuntos para apresentar. No entanto, para o bom funcionamento dos serviços, e sempre que possível, os contactos com o presidente da Câmara devem ser estabelecidos de preferência às segundas e quartas-feiras.»

É evidente que Diamantino Torres gosta de falar da Câmara Municipal, mas a sessão vai começar. Apesar do filme, umas seis dezenas de pessoas estão já presentes. Fernando Vaz (48 anos, engenheiro técnico, antigo basquetebolista do Sporting e andebolista do Futebol Clube de Alverca, dirigente desportivo, presidente da Assembleia Municipal da Vila Franca de Xira) faz uma exposição de 35 minutos, num estilo directo, vivo, entusiasmado.

«É fundamental que vocês ponham as vossas questões, gostaríamos mais de ouvir do que de falar. Nem sempre será possível dar a resposta certa, mas não fazemos demagogia. Além disso, queremos uma campanha alegre, como alegre gostaríamos que fosse a vida de todos os portugueses.»

Fernando Vaz orienta a sua

exposição, seguindo as linhas de força da campanha da APU: derrota da AD «é fundamental, é necessário e há condições para que a AD seja derrotada. A AD quer um regresso ao passado e há uma maioria de democratas que não querem esse regresso»; a questão das alianças depois das eleições («Pensamos que os que votam na FRS querem o 25 de Abril e, por isso, não votam para que a FRS faça acordos com a AD ou com o PSD»); o voto na APU («O voto na APU é indispensável para aumentar o número de deputados, para que o PS e a FRS se coloquem ao lado da APU e não ao lado da AD»); o voto dos esquerdistas, inútil, na opinião da APU que teria eleito um (ou mais um) deputado em alguns círculos, se esses votos tivessem ido para as «argolas».

A propósito, Fernando Vaz chama a atenção para os símbolos dos partidos e coligações, já que a foice e o martelo podem confundir algumas pessoas. E que mais? Muitos outros temas, sem dúvida abordados por todo o País, nesta campanha da APU que privilegia, de certo modo, o esclarecimento, o contacto pessoal. A alegada dívida de Sá Carneiro, por exemplo, tema de charge, mas também de debate político, lá apareceu nas palavras de Fernando Vaz quando referiu que «é preciso ganhar para o voto na APU mesmo gente que votou na AD e já compreendeu que se enganou», acrescentando: «Há muita gente honesta que vota AD e quer, por isso, que os seus ministros também sejam honestos. Há muita gente que sabe que o dirigente máximo da AD não é honesto porque deve e não quer pagar».

Incidentes no norte

Afinal, os temas-base da campanha vamos encontrá-los um pouco por toda a parte, sistematicamente apresentados nas sessões de esclarecimento. É inevitável, em campanha eleitoral, a repetição do discurso político, mesmo numa campanha diversificada como é a da APU.

Por outro lado, parece que a campanha só agora começa a aquecer, após a rodagem da primeira semana. O líder do PCP, Alvaro Cunhal, orientou, anteontem à noite, uma sessão de esclarecimento no cinema da Damaia (Amadora), «jogando» em casa, depois de ter estado, à tarde, na Tabaqueira, em Albarraque. Hoje, 19, Alvaro Cunhal falará em Setúbal, durante um comício que se prevê gigantesco, deslocando-se, no fim-de-semana, ao Porto (amanhã) e a Aveiro (no domingo). Aqui, a APU pensa consolidar a sua posição, depois do aumento espectacular registado em Dezembro de

1979, quando um volume de 28 251 votos (mais 131,6% do que em 1976) permitiu a eleição folgada de Vital Moreira.

Esta vai ser a última deslocação de Alvaro Cunhal ao Norte do País, durante a campanha, já que no último fim-de-semana de Setembro, o secretário-geral do PCP deverá deslocar-se a Santarém, Évora, Beja e Faro.

Quanto ao MDP/CDE, assinala-se que José Manuel Tengarrinha, a viajar pelo Norte do País de 25 a 30 de Setembro, estará nos três primeiros dias de Outubro (e últimos da campanha) no Algarve. Recorde-se, aliás, que o presidente do MDP é natural de Portimão, onde nasceu em 1932.

Entretanto, há notícia de incidentes. Dois candidatos da APU pelo círculo de Bragança, António Modesto Navarro e Augusto Nércio, foram impedidos — «por um grupo de provocadores afectos à AD» — de realizarem uma sessão de esclarecimento na freguesia de Rebordelo, concelho de Vinhais. A informação refere que «quando a sessão ia começar, os arrua-ceiros começaram a insultar os presentes, apedrejaram os vidros da escola e agrediram o filho de um professor e um dos assistentes, já idoso. Gerou-se uma situação de conflito entre os arrua-ceiros e os habitantes de Rebordelo que, felizmente, não assumiu proporções mais graves, graças à serenidade dos candidatos da APU».

Por outro lado, a APU de Gondomar comunicou ao Comando Geral da GNR e ao comando do Batalhão 4 o seu «repúdio pela actuação de dois guardas do Posto da GNR de Rio Tinto que agrediram dois activistas da APU e, no interior do Posto da GNR, lhes arrancaram com uso de violência os distintivos que usavam».

A APU refere ainda a existência de «acções organizadas de destruição da sua propaganda na cidade do Porto» e apresentou queixa contra diversos indivíduos que aponta como autores dessa prática. Por outro lado, um grupo de indivíduos que a APU refere como identificados com a AD, apedrejou a candidata Ilda Figueiredo, após uma sessão de esclarecimento com trabalhadores da empresa Algot, em Balazar, Póvoa de Varzim.

E depois disto, voltamos à festa e à música chamando a atenção para o grupo APUTEOSE, constituído por Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho e Carlos Mendes. Na noite de quarta-feira, apresentaram o seu espectáculo no Teatro Vasco Santana, mas eles andam por aí, pelo distrito de Lisboa, nas fábricas, nas empresas, nas associações culturais e de recreio, nas ruas. Pertencem à geração que «fez a razão cantar» e que «fez a canção pensar».

ASSISTENTE SOCIAL

NECESSITA INSTITUTO PÚBLICO, SITO EM LISBOA

EXIGE-SE:

- Curso Superior de Serviço Social
- Disponibilidade para trabalho em horário pós-laboral
- Experiência de trabalho directo em zonas populacionais económica e socialmente carenciadas.

OFERECE-SE:

- Remuneração equivalente à letra J da função pública.
- Regalias Sociais.

Resposta detalhada ao apartado 2059
1102 Lisboa Codex



FÉRIAS OU NEGÓCIOS
PARTIDAS SEMANAIS EM
AVIÃO ESPECIAL

1 SEMANA - 8 dias

SÉRIE A - Domingos (todo o ano)

SÉRIE B - 5^{as} feiras (3/7 a 23/10)

FIM DE SEMANA - 4 dias

5^{as} feiras a Dom. (3/7 a 30/10)

MINI SEMANA - 5 dias

Dom. a 5^{as} feiras (29/6 a 26/10)

Preços excepcionais desde o

12 300\$

« a vantagem dos voos especiais

Milhares de pessoas dizem com satisfação: "Fui a Londres numa daquelas viagens baratas da LONDRES!"

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES

abreu

fundada em 1940

UMA EMPRESA PRIVADA, DINÂMICA E COMPETENTE AO SEU SERVIÇO.

LISBOA Av. da Liberdade, 160 Telef. 311341

PORTO Av. dos Aliados, 207 Telef. 311901

COIMBRA Rua da Silva, 2 Telef. 2701112

FARO Av. da República, 124 Telef. 250258

FUNCHAL Rua do Gerulho, 1 Telef. 310778

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS



Otelo a "O Jornal"

A FUP é um estado de espírito

António Ramos Gomes

A Força de Unidade Popular (FUP) pretende eleger um grupo parlamentar apenas para poder lutar, no «campo do adversário», pela autonomia dos trabalhadores — explicou a «O Jornal» o seu líder, major Otelo Saraiva de Carvalho.

Considerando que a sua organização é, neste momento, «mais um estado de espírito do que outra coisa», Otelo informou que a FUP se distingue claramente das outras forças políticas concorrentes às eleições legislativas de 5 de Outubro, procurando fazer a «síntese do processo revolucionário vivido em Portugal em 74/75 com o marxismo».

À entrada, um homem barbu-do, simpático mas intransigente, revista o saco do repórter, tal como o fazem as mulheres-policiais na Assembleia da República em dia de plenário. Abre, vasculha, olha e pede

desculpa «pelo incómodo». Depois, justifica a sua atitude: «há dias veio aqui um jornalista que trazia consigo um grande punhal, dizendo que o utilizava para descascar a fruta; você

acha que era para descascar a fruta?»

Aqui são as instalações da FUP — Força de Unidade Popular — provavelmente a organização mais original do xadrez político português, que tem em Otelo Saraiva de Carvalho a sua figura carismática.

É um andar modesto, no alto de um prédio de apartamentos, bem no centro de Lisboa. À primeira vista, mais parece a residência de um casal de funcionários ou um escritório de pequena firma de representações. Uns quantos armários, duas ou três mesas, algumas cadeiras — são todo o mobiliário. O aparelho de ar condicionado é um luxo a contrastar

com a pobreza do restante equipamento.

Manuel Serra, a segunda figura do partido, preside a uma reunião de militantes. Há gente que chega, alguma sem precisar de mostrar a identificação. No «hall» acanhado, as pessoas acotovelam-se. Não há euforia, mas nota-se um certo entusiasmo. Conforme nos explicam, a decisão judicial de impedir a FUP de concorrer em 13 dos 22 círculos eleitorais não abalou a organização, causando apenas «aborrecimentos», sobretudo por limitar o tempo de antena na Rádio e na Televisão — agora que o partido precisa de se projectar. Mas todos acreditam que o Supremo Tribunal de Justiça — para onde a FUP re-



Otelo Saraiva de Carvalho «Organizar as forças que estão dispersas»

correu baseada no facto de os diversos tribunais da Relação não estarem de acordo quanto à rejeição das listas — vai fazer realmente justiça, o que permitirá que a Força de Unidade Popular concorra em todo o País. Se tal não suceder, a FUP apresentar-se-á nos nove círculos onde as candidaturas foram aceites (Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Santarém, Beja, Setúbal, Évora e Portalegre), não sendo pacífica a desistência à boca das urnas. «Para já, a questão não se põe, dado que estamos empenhados na batalha jurídica e confiantes em que o Supremo Tribunal de Justiça atenda o nosso recurso» — disse a «O Jornal» o major Otelo. Ele falava-nos no seu gabinete de paredes nuas.

A autonomia dos trabalhadores

Nas instalações da FUP sente-se aquilo que quase toda a gente pensa por esse País fora: «Otelo simboliza a FUP»; sem ele, a organização não existiria. Ao observar o ambiente naquele apartamento-sede-de-partido-político dá vontade de dizer que «Otelo é a FUP». Mas diz-se que ele não gosta. O próprio faz questão de nos informar que existe um **Gabinete Executivo Central**, por si presidido, de que fazem parte Manuel Serra, Sérgio Grácio, Sousa Monteiro, José Salema e José Mouta Liz. Há, depois, comissões em todos os distritos. E, em termos de **aparelho burocrático** é quase tudo.

Recusando apoios de diferentes áreas, inclusive de algumas com as quais se encontrará identificado, como a OUT, Otelo adensou nos últimos tempos o «mistério» sobre as características e objectivos da sua FUP.

«O Jornal» pôs claramente a questão ao major Otelo.

Que organização revolucionária é a sua, que objectivos persegue?

«A FUP — disse — é mais um estado de espírito do que outra coisa.»

Um «estado de espírito» com planos concretos?

«Claro. Nós pretendemos organizar minimamente as forças que estão dispersas e que acreditam, acima de tudo, na autonomia dos trabalhadores.»

Será que a FUP não assenta em qualquer ideologia?

«Nós procuramos fazer a síntese do processo revolucionário vivido em Portugal em 74/75 com o marxismo, mas recusando aquela ideia de que o partido é que interessa, de que o partido tem que estar acima de tudo», esclarece.

Otelo diz e repete que a sua organização se distingue de todos os partidos existentes. Inclusive da UDP, a quem Otelo, no entender de alguns, teria estado ligado, nomeadamente durante a campanha, para as eleições presidenciais de 1976.

Ele explica:

— A UDP é, em tudo, igual ao PCP. Tem a mesma perspectiva marxista-leninista. Nós fazemos a síntese, repito, do processo revolucionário português de 74/75 com o marxismo, para a conquista do poder pelos trabalhadores, para a instauração do socialismo de base.

O lirismo e as armas

Otelo Saraiva de Carvalho reconhece que é acusado de incorrer em contradições, ele sabe que o consideram um lírico. «Em 1976 — diz — fui convidado por grandes amigos a desistir da candidatura à Presidência da República, para não me sujeitar a uma votação ridícula. Não me queriam ver **enxovalhado** com dois ou três por cento de votos. Afinal enganaram-se redondamente, pois recolhi 800 mil votos, facto que espantou muita gente — não apenas em Portugal.»

O líder da FUP afirma que não lhe interessa o Parlamento como meio de protecção pessoal. Daí que, ao contrário do que chegou a ser noticiado, inclusive por «O Jornal», não aceite ser candidato por Setúbal se a lista de Lisboa não for admitida. Aliás, segundo Otelo, a FUP só concorre a estas eleições para poder «lutar no campo do adversário».

O **adversário**, sabe-se, é a burguesia — que a FUP pretende combater por todos os meios. Incluindo os violentos?

«A conquista do poder pela classe trabalhadora, o principal objectivo da FUP, não pode ser conseguida sem o recurso à violência, sem o recurso às armas. É evidente que a burguesia não vai entregar o poder que detém de mão beijada. Há casos bem recentes, que vão deste a África à Nicarágua.»

E a FUP já tem armas?
«Não. Ainda não há condições para isso, ainda não estão criadas as condições para os trabalhadores portugueses lutarem pelo poder através das armas.»

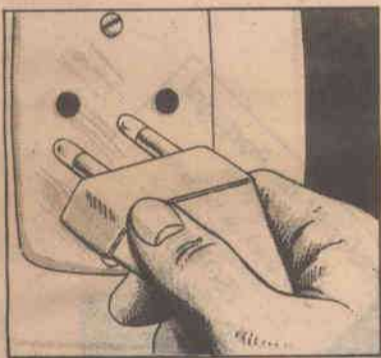
Otelo volta a falar na instauração de um autêntico socialismo em Portugal, sem subordinação a partidos. Um socialismo de base, a partir da experiência revolucionária de 74/75.

Um sonhador?

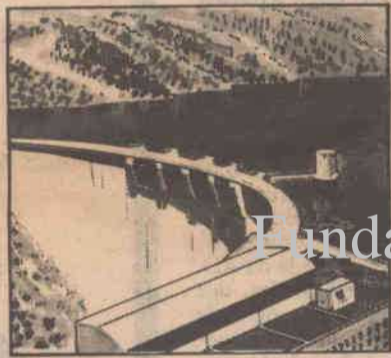
Aqui, ele cita Gedeão e diz que «o sonho é uma constante da vida»... Só através do sonho — afirma — se realizam coisas. E volta a citar. Desta vez, Jesus Cristo, que — lembra — «foi perseguido por lutar contra a injustiça, por defender a igualdade».

E Otelo Saraiva de Carvalho, o comandante operacional do 25 de Abril, o candidato à Presidência da República que em 76 obteve 800 mil votos (como ele gosta de recordar), actualmente o motor da FUP, lá continuou no seu gabinete desnudo, a trabalhar, a projectar — talvez a sonhar.

POUPAR ELECTRICIDADE, PORQUÊ?



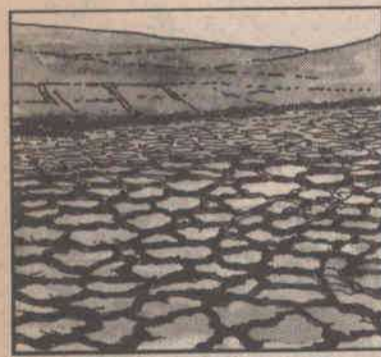
Sempre que Você faz este gesto, vai gastar um pouco da energia eléctrica de Portugal.



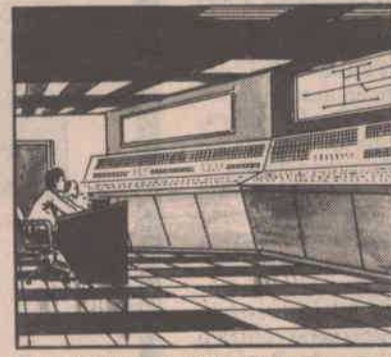
A electricidade não se pode guardar. É produzida à medida das necessidades de consumo. No nosso País, a principal fonte de energia é a água das barragens. Mas não chega para o abastecimento total.



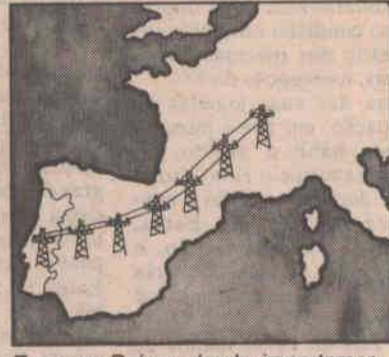
Recorre-se, então, às centrais térmicas que trabalham queimando combustível importado... Combustível cada vez mais caro! Mais dispêndio de divisas!



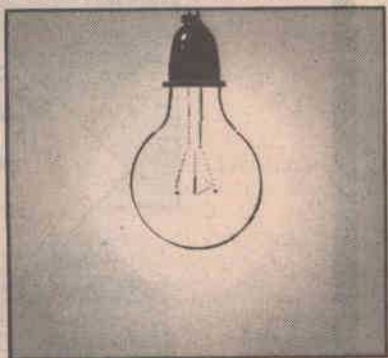
Em anos de pouca chuva, o problema agrava-se. A energia produzida nas barragens é largamente insuficiente.



Resultado: é preciso importar electricidade. Sobretudo durante o dia, nas horas de maior consumo.



E se os Países onde importamos energia eléctrica, também não a têm?



A sua ajuda é importante. Saber poupar é evitar consumos desnecessários. É ESCOLHER AS HORAS DE MENOR CONSUMO, ENTRE AS 10 H. DA NOITE E AS 9 H. DA MANHÃ, OU OS FINS-DE-SEMANA, PARA UTILIZAR OS APARELHOS ELÉCTRICOS. É procurar usá-los racionalmente. Assim, a electricidade chega para todos.



Direcção Geral de Energia — Campanha de Poupança de Energia.

Perfil de Sá Carneiro

A irresistível atracção pelo poder

Francisco Manuel Lumbralles de Sá Carneiro nasceu no Porto em Julho de 1924. É licenciado em Direito desde 1956. Filho do dr. José Gualberto Sá Carneiro, um dos mais conhecidos e polémicos advogados do Norte do País nas últimas décadas (um dos livros do juiz — demitido pelo fascismo — Sebastião Ribeiro, refere-se muito a ele, intitulado-se mesmo: «Lobos e carneiros»), Sá Carneiro seguiu as pisadas do seu progenitor e montou banca na sua cidade natal — onde também ganhou notoriedade a breve trecho. Na sua família misturam-se as tradições liberais com a fidelidade ao regime de então. O prof. Leite Lumbralles, seu tio, foi ministro de Salazar e sua mãe cidadã eleitora com assento na Assembleia Nacional, que, por via indirecta, elegeu Américo Tomás para o terceiro mandato que o 25 de Abril havia de interromper.



Sá Carneiro numa deslocação à Madeira «Amado por uns, odiado por outros, sem meio termo»

Sá Carneiro foi co-director da «Revista dos Tribunais», fundada e dirigida por seu pai, ali publicou alguns estudos sobre a dissolução do casamento em face da Concordata (em plena vigência) e do Código Civil de então. É membro fundador da Cooperativa Confronto que, em 1972, já no estertor do fascismo, seria dissolvida.

A primeira aparição política de Sá Carneiro ocorre em 1969, quando é convidado a integrar as listas da União Nacional, para as primeiras eleições após a subida de Marcelo Caetano ao poder. Sá Carneiro, juntamente com outros, como Miller Guerra, Pinto Balsemão, Mota Amaral e o malogrado Pinto Leite, acreditaram nessa altura na liberalização do regime e na sua transição, ainda que lenta, para um estado democrático. E todos eles aceitam ser independentes nas listas da União Nacional, tendo provocado alguma celeuma o manifesto eleitoral que então divulgaram.

Nascia a ala liberal e Sá Carneiro assume tacitamente a sua liderança, muito especialmente depois da morte de Pedro Pinto Leite, no interior da Guiné. Terá sido o deputado mais activo, e de 1969 a 2 de Fevereiro de 1973 produziu 85 intervenções, apresentou 8 projectos de Lei incluindo um de revisão da Constituição de 1933 e solicitou um inquérito às actividades da PIDE.

Deram muito que falar, por exemplo, os seus confrontos com o ultra Casal Ribeiro. Mas toda essa actividade não surte o efeito político desejado nem parece abanar minimamente as estruturas do regime. Sá Carneiro rompe com Marcelo Caetano, e torna-se um dos raros deputados, em várias décadas, a renunciar ao mandato. Em termos tais que lhe é retirada a palavra e a declaração de renúncia impedida de ser exarada no «Diário das Sessões».

Regresa Sá Carneiro ao Porto e à sua banca de advogado, e faz a sua primeira travessia no deserto. Tem um acidente de automóvel em que fica ferido com certa gravidade. E pouco antes do 25 de Abril, advoga e escreve textos que a censura corta, joga intensamente na Bolsa.

Ministro todo poderoso no I.G.P.

A Revolução reconduz Sá

Carneiro ao primeiro plano da vida política do País, de onde nunca mais saiu e da qual tem sido uma das personalidades mais influentes.

Em cinco de Maio de 1974 funda com Magalhães Mota e Pinto Balsemão o Partido Popular Democrático e alguns dias mais tarde é o ministro adjunto do primeiro-ministro Palma Carlos, com poderes equivalentes aos de vice-primeiro-ministro. Apostando na manutenção desse Governo, e acreditando sobretudo no poder da Aliança entre Spínola e Palma Carlos, que visava o reforço de poderes do Governo, Sá Carneiro instala-se em S. Bento, na residência oficial do primeiro-ministro, dois ou três dias antes da queda desse I Governo Provisório.

Desde então e até Janeiro de 1980, nunca mais Sá Carneiro exerceu qualquer cargo governativo, mas nem por isso deixou de ser figura de primeira grandeza na cena política, seja nos momentos de liderança, seja nos diversos momentos de ruptura, ou no retorno à primeira linha do combate político.

Em Novembro de 1974 é eleito secretário geral do PPD e as suas atenções primordiais vão para a descolonização. Mas é nesta fase que Sá Carneiro aparece vocacionado como doutrinador político e estrénuo defensor da social-democracia. De Fevereiro de 1975 a Setembro desse ano, Sá Carneiro, gravemente doente, é submetido a melindrosa operação cirúrgica em Londres e reparte o seu tempo entre a capital britânica e o sul de Espanha, numa convalescença, cujo prolongamento, num período politicamente escaldante levantou alguns rumores. O PPD é então liderado pelo prof. Emídio Guerreiro, assumindo nesse período, embora acusado de direita, o perfil de um partido de esquerda; na fase mais quente e delicada do processo revolucionário.

Regressado a Lisboa em Setembro de 1975, retoma a liderança do PPD e três meses depois, no Congresso de Aveiro, Sá Carneiro vê-se contestado por uma série de notáveis do Partido. É a primeira grande cisão e do partido saem entre outros Mota Pinto, José Augusto Seabra, Sá Borges, Carlos Macedo e Emídio Guerreiro. A

actividade política de Sá Carneiro centra-se então em duas direcções fundamentais — a reorganização do Partido e a participação nos trabalhos da Assembleia Constituinte, de onde havia de sair a nova Lei Fundamental do País, que o PPD votaria favoravelmente.

O primeiro a apoiar Eanes

Nas eleições presidenciais de 1976, o primeiro candidato pensado por Sá Carneiro teria sido o coronel Pires Veloso. Mas esta candidatura não obteve o apoio do PS, até porque não tinha o apoio da grande maioria dos «capitães de Abril» e das Forças Armadas em geral. O então chefe do Estado Maior do Exército, general Ramalho Eanes, que fora o vencedor do 25 de Novembro, tinha sido entretanto sondado, para se candidatar mas tinha imposto como condição um apoio generalizado das diversas forças políticas, à excepção do PC.

Numa das suas jogadas de antecipação, em que é particularmente hábil e arguto, Sá Carneiro assume o risco, isolado, de declarar o apoio à candidatura de Ramalho Eanes, sendo o primeiro a fazê-lo, o que, a quatro anos de distância não deixa de ter um certo sabor a ironia.

Em fins de 1976, menos de seis meses depois da posse do I Governo Constitucional, Sá Carneiro inicia um vigoroso ataque à chamada «maioria de esquerda», criticando a aliança conjuntural que em seu entender o PS e o PC vinham fazendo.

Meses mais tarde, em pleno Verão de 1977, parece desenharse um acordo entre o PS e o PSD. Mário Soares e Sá Carneiro conferenciam e pouco depois é o famoso protocolo assinado por Barbosa de Melo e Jorge Campinos, e com base no qual foi aprovada a Lei de Bases da Reforma Agrária e a Lei do Arrendamento Rural, com os votos conjuntos PS/PSD.

A par da crise governativa que afectava o I Governo, também no PSD grassava uma crise grave, que opunha Sá Carneiro aos outros dirigentes do Partido e que se iniciara exac-

tamente quando Sá Carneiro defendeu a abstenção do PSD na Lei de Bases da Reforma Agrária, suficiente para que o diploma passasse, ao invés do voto a favor. E o mal-estar acentua-se quando a Imprensa revela que no interior do PSD, Sá Carneiro é posto várias vezes em minoria.

Num gesto espectacular, Sá Carneiro evereda de novo pela ruptura e em Novembro de 1977 renuncia ao cargo de presidente do Partido, continuando, apesar de tudo, a ser o militante n.º 1 e, no fim de contas a grande sombra tutelar e carismática que nunca, ao longo destes anos deixou de ser e que o transformam por isso mesmo uma personalidade controversa. Amada por uns, odiada por outros, sem um possível meio termo.

A contestação a Eanes

Entretanto a sua vida privada havia sofrido alterações de vulto. Separa-se de sua mulher, de facto (não judicialmente por ela não lhe conceder o divórcio, e não ter passado ainda o tempo suficiente para que ele só por si o possa requerer, com base na simples separação), de quem tem cinco filhos e passou a viver, pouco tempo depois com Snu Bonnier (Abecassis), uma dinamarquesa, divorciada, mãe de três filhos. O assunto vem à ribalta e entra no domínio público alguns meses depois das eleições de 1976, embora a esquerda nunca se tenha valido dele para efeitos eleitorais e muitos padres façam propaganda da AD.

Por sua vez, «O Diário», que vinha acusando Sá Carneiro de vultosas dívidas à Banca, publicava em Julho deste ano abundante documentação comprovativa, no seu entender, da pertinência das acusações, que entretanto se estenderam à de «fraude», na transferência (ou abafamento) dessa dívida.

No espaço que medeia entre a queda do II Governo e a formação do Executivo Nobre da Costa, Sá Carneiro volta à presidência do Partido e lança-se decisivamente no ataque ao actual Presidente da República, gorados que foram os seus esforços de o obrigar a liderar um grande bloco político. Data dessa altura o famoso discurso do Vimeiro, ponto de partida para a rotura progressiva com Eanes no qual Meneres Pimentel disse que era necessário avançar «se necessário contra o actual Presidente da República». Estando fora da chefia do partido, Sá Carneiro lidera a oposição à linha dos que o substituíram (e ele próprio escolheu) de tal forma que Sousa Franco pede a demissão de n.º 1 da direcção partidária que então era, no que é acompanhado pelo secretário-geral, Sêrvulo Correia, o líder no Parlamento, Magalhães Mota, etc.

A «suíte» cor-de-rosa

Lançando apelo às conversações interpartidárias, piscando o olho ao Partido Socialista, mas convidando também o CDS, Sá Carneiro vê frustrados os seus intentos, dada a recusa intransigente do PS. E na «suíte» «cor-de-rosa» do Hotel Tivoli, nasce a Convergência Democrática, prefácio longínquo da coligação tripart-

tida que havia de nascer um ano depois. CDS e PSD sentam-se então à mesa das conversações. Chegam a algumas conclusões e alinham algumas concordâncias. A Convergência não passaria daqui.

Surge o Governo Mota Pinto e desde logo Sá Carneiro é um seu adversário irreductível, sobretudo quando se convence que esse governo poderá ter sido destinado a diminuir campo de manobra ao PSD e aos seus líderes. Mota Pinto é um dos mais notórios dissidentes de Aveiro, que, ao contrário de Carlos Macedo, não regressara às fileiras sociais-democratas. E, em breve, Sá Carneiro disparava as primeiras frechadas contra Mota Pinto e Proença de Carvalho é chamado com todas as letras «O ministro da Propaganda».

Os receios de Sá Carneiro

eram de algum modo fundados, na medida em que de novo subia a tensão no interior do PSD. Surge o documento dos «Inadiáveis» e na votação da segunda versão do Orçamento do governo Mota Pinto, é a grande cisão: 37 dos 73 deputados quebram a disciplina partidária, saem do Partido e formam um grupo de deputados independentes (a que Sá Carneiro chamaria os «deputados do sr. Presidente») mais tarde transformados em Agrupamento Parlamentar e embrião da ASDI.

Caído o Governo Mota Pinto, gorados os esforços do PS de formar um governo de base parlamentar maioritária com os recém-dissidentes, o Presidente da República resolve dissolver o Parlamento e nomear um governo de gestão presidido pela eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo.

A seguir

Perfis de Mário Soares, Álvaro Cunhal, Freitas do Amaral e outros líderes partidários

ELEIÇÕES 80
3 livros fundamentais

Eleição no Portugal de Abril
350 quadros de dados estatísticos
250\$000
EDIÇÕES AVANTE

Fraudes e Irregularidades eleitorais
60\$000
EDITORIAL CAMINHO

Manual do Delegador e membro da mesa Eleitoral
130\$000
EDITORIAL CAMINHO

CDL a distribuição



Com a AD, finalmente primeiro-ministro

Formara-se entretanto a Aliança Democrática entre o PPM, o PSD e o CDS. Foi a cinco de Julho do ano passado. O seu espaço político era entretanto alargado com o acordo PSD-Reformadores, de que Sá Carneiro, uma vez mais, era principal artífice e cujos resultados práticos se esvaziaram com o decorrer na IV sessão legislativa.

O V Governo marca a rotura definitiva entre Sá Carneiro e Ramalho Eanes, avaliada logo a seguir por Freitas do Amaral. A AD anuncia então que não apoiará a eventual recandidatura de Eanes.

O resto pertence à actualidade mais próxima de nós. A vitória da AD nas eleições interca-

lares. Sá Carneiro atinge finalmente uma das suas metas — é primeiro-ministro de um Executivo de maioria parlamentar. Uma maioria às vezes descuidada que, por distração coloca o Executivo em minoria numa votação sobre o recenseamento dos Emigrantes, o que comprometeu irremediavelmente todo um edifício de renovação (ou revolução?) legislativa que desde logo mereceu a viva contestação dos partidos de oposição e até dos Reformadores. Neste domínio a actividade do Executivo Sá Carneiro, tomando como ponto de partida as promessas eleitorais, foi um fracasso. Não conseguiu, como pretendia, rever as Leis Eleitorais, nem fazer aprovar a Lei quadro do referendo, nem fazer vingar outros pontos de forte controvérsia legislativa.

Contradições

São conhecidas as posições de Sá Carneiro nos últimos meses. Em entrevista ao «Diário de Notícias» recusa a hipótese de ser primeiro-ministro em caso de reeleição de Eanes. Freitas do Amaral vem em sua defesa e diz que não será membro de qualquer governo com Eanes na presidência. Leonardo Ribeiro de Almeida — a segunda figura da hierarquia do Estado — vai ainda mais longe e diz que a AD não aceitará ser Governo com Eanes, depois de 14 de Janeiro. Sá Carneiro telefona-lhe e diz que não é bem assim. E inicia-se um processo de recuo nitido. O Conselho Nacional do PSD de há duas semanas diz que a AD governará mesmo com Eanes desde que tenha a maioria absoluta e in-

digita Sá Carneiro como primeiro-ministro. Este, agora, já só fala em «pôr o seu lugar à disposição» se Eanes ganhar.

Entretanto, avolumam-se dados que parecem empalidecer a sua estrela. Por exemplo, Sá Carneiro tem uma vida matrimonial irregular, que levou o chefe da Igreja Católica em Portugal a não estar presente em nenhuma recepção oficial em que aquele estivesse acompanhado de Snu Bonnier. E diversos meios garantem que a Igreja, no seu conjunto, terá uma posição muito mais comedida e muito menos interventora do que o ano passado. E este pode ser um factor importante. Por outro lado, conseguirá Sá Carneiro resultados com o seu silêncio pertinaz perante a gravidade das acusações de que deve avultadas somas ao Banco Espírito Santo?

Escrever na água

Augusto Abelaira



O fogo de artifício da AD

Por qualquer razão desconhecida, Portugal é quase incapaz de levar os jornais estrangeiros a ocuparem-se dele. Digo quase, porque temos uma experiência que desmente a regra (ou duas, se considerarmos o terramoto de Lisboa de 1755): os dois primeiros anos da Revolução de Abril. Nessa época, Portugal ocupou as primeiras páginas dos jornais, embora grande parte dessas páginas fossem extremamente fantasiosas. Ao que me dizem, o sangue das ruas de Lisboa jorrou abundantemente nelas, o que foi, talvez, um exagero. Mas fica a regra: os sinais que constantemente o País emite são de um comprimento de onda inaudível para a imprensa estrangeira, o que demonstrará que pertencemos certamente a uma espécie zoológica rara, dotada de órgãos sensoriais muito particulares — e receio bem que isto venha a criar dificuldades à nossa admissão ao Mercado Comum. Não será extremamente dispendioso regular de maneira diferente os órgãos sensoriais de dez milhões de portugueses? Enfim, Victor Constâncio e Cavaco Silva estudarão o problema da melhor maneira, assim o espero.

Toda esta conversa porquê? Porque em três semanas de passeata lá por fora, só consegui ler duas referências ao nosso país — estava pois completamente em branco quando desci na Portela. Mas, pondo-me a par do que por cá se passara entretanto e não sensibilizara os órgãos receptores da imprensa estrangeira, poderei concluir que os jornais estrangeiros eram surdos, cegos e mudos? Poderei concluir que se passaram coisas (se exceptuar a candidatura de Ramalho Eanes, aliás já prevista)? Ou, no fundo, somos um país que não emite sinais, um país sem notícias, um país em que os jornais da tarde se limitam a repetir o que dizia o jornal dessa manhã e o jornal dessa manhã o que já dissera no dia anterior o jornal da tarde — e assim por trás? Porque, enfim, vim encontrar o general Soares Carneiro nas mesmas sessões gastronómicas em que já o deixara, quase totalmente ignorado do público (o que não é pecado, as refeições querem-se em família), vim encontrar Sá Carneiro e Freitas do Amaral a pronunciarem o mesmo discurso acerca da vida mais barata, a Oposição entretida com a mesma história bancária — e a mesma incerteza.

Quanto à RTP continuava também igual a si própria, abria debates dos quais o PC e outros partidos eram pluralisticamente excluídos, e continuava isenta. Segundo um comunicado da administração era mais do que isenta, atribuía mais tempo de antena à Oposição do que ao Governo, o que é bonito.

E os tribunais? Alguma coisa se passara? Percebi que não e que se repetia o que eu já aqui dissera a propósito do julgamento de Isabel do Carmo. Que isto da justiça em Portugal é uma questão de sorte e de geografia. Se somos julgados num sítio poderemos ser condenados a mais de dez anos de cadeia ou impossibilitados de nos candidarmos à Assembleia da República, se somos julgados noutra sítio as coisas poderão passar-se de maneira diferente. E a ser assim porque não substituir os tribunais pela roleta, método muito mais económico?

Mas uma coisa me saltou à vista. Talvez não fosse nova, talvez fosse a repetição de coisas antigas, mas nunca tinha dado por ela. É que Portugal é o país onde a realidade copia a linguagem metafórica, ou, se quiserem, onde as imagens mais ou menos fantasiosas e literárias se transformam em realidade. Muitas vezes eu dissera que a propaganda da AD era puro fogo-de-artifício, mas não tão inócuo como poderia parecer, porque dele fatalmente sairíamos feridos. E aconteceu no comício da AD do Terreiro do Paço: houve fogo-de-artifício e houve feridos. Reais, não apenas metafóricos.

Como seria de esperar. Como será de esperar se estivermos a dormir em 5 de Outubro.

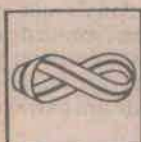
Fundação Cuidar o Futuro



PRESENTE NA FEIRA DO DOURO

ASSEGURANDO INFORMAÇÕES SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS, INFORMAÇÕES COMERCIAIS

O Banco Totta & Açores está ao serviço do desenvolvimento económico e social do País. Com mais de 100 Balcões e todos os serviços bancários, apoiamos o desenvolvimento regional.



BANCO TOTTA & AÇORES



EXTERNATO

FERNANDO PESSOA

Rua Buenos Aires, 8 e 8-A — Telef. 60 64 49 - 60 32 52

12.º ANO (VIA UNIVERSIDADE)

AOS ALUNOS PRÉ-UNIVERSITÁRIOS

A partir do dia 15 de Setembro e para os três primeiros cursos podem já ser feitas, neste externato as respectivas inscrições (12.º).

Escreve Maria de Lurdes Pintasilgo

Uma economia ao serviço do homem

O Império da economia

A pedra-de-toque daquilo que para mim é uma sociedade nova está no conteúdo que fomos capazes de dar a esta afirmação simples: **não é o Homem que está ao serviço da economia; é a economia que está ao serviço do Homem.** Esse o grande desafio que hoje se coloca à nossa responsabilidade histórica, à nossa coerência, à nossa criatividade.

A conversão da economia em finalidade central do desenvolvimento — para não dizer de toda a vida social — data da revolução industrial. É então que a economia deixa de ser olhada como meio funcional. Produzir passa a ser um objectivo em si mesmo. O lucro e a «carreira» convertem-se em padrão e medida da realização pessoal. A ordem económica torna-se a chave do prestígio e das trocas internacionais.

Para o cidadão comum de hoje a economia é a força mágica, incompreensível, que determina e controla a sua vida. Dizem-lhe os técnicos que a inflação sobe ou desce, que a balança de pagamentos é excedentária ou deficitária. Mas tudo isso se passa para além da sua capacidade de controlo ou intervenção. Tudo está codificado numa linguagem que não é a sua. Tudo está infinitamente longe daquilo que verdadeiramente o preocupa: fechar ou não, sem sobresalto, as contas do fim do mês.

Arvorando em valor e meta de toda a vida social, a economia penetra todas as esferas do nosso dia-a-dia. Definimo-nos como produtores e consumidores de bens e de serviços. Adquirimos estatuto pela riqueza que acumulamos. Projectamos o nosso futuro em função de um emprego mais bem remunerado, de uma reforma mais segura, de uma herança estável a deixar aos que vierem depois.

Porque a racionalidade económica é a grande lei que rege o nosso universo, aceitamos quantificar tudo o que somos ou fazemos. Medimos o nosso rendimento no trabalho, o número de relações que temos, o número de horas que gastamos com a família ou os amigos. E mais: seduzidos pela lógica mercantil que a propaganda nos impõe, tendemos a só atribuir valor ao que é monetária-

mente contabilizável. O trabalho que as mulheres realizam nas fábricas ou nos serviços, quando dispõem das suas capacidades e energias por conta de outrem, é trabalho «com valor». O trabalho que as mesmas mulheres realizam em casa, desdobrando-se nas múltiplas tarefas que asseguram a subsistência e o bem-estar familiar, é trabalho «sem valor».

Fruto da racionalidade económica é também a excessiva compartimentação da vida a que estamos sujeitos. Trabalho; estudo, família, tempos livres — tudo tem o seu tempo e o seu lugar bem determinados. E porque tudo é sectorializado, unidimensionado, programado, os efeitos negativos que as diferentes políticas têm umas sobre as outras passam despercebidos.

Só assim se compreende o alheamento dos políticos face aos custos sociais de certas medidas de crescimento económico. Só assim se explica (se é que há explicação) a generalizada e criminosa inconsciência colectiva face aos custos naturais do mesmo crescimento, num momento em que a exaustão de certos recursos não renováveis está à vista e em que a ameaça de uma crise universal de proporções insuspeitadas se torna cada vez mais próxima.

Inútil dizer que em tudo isto a grande vítima é o homem e só o homem. Convertidos em instrumentos de uma máquina que não dominamos, tornamos todos monotonamente iguais, banalizados, estandardizados, por um sistema que nos encaminha para valores e para objectivos que não escolhemos mas que nos sentimos incapazes de recusar. A massificação da vida de que todos nos queixamos não é senão uma consequência inevitável do primado da eficácia e da rentabilidade sobre a realização pessoal e colectiva. Como produtores de riqueza somos todos «cidadãos-padrão». Nada daquilo que nos individualiza, que nos torna diferentes uns dos outros, vem à superfície.

Ora nivelar aquilo que somos é esvaziar-nos da nossa singularidade criadora. Daí que as sociedades onde reina o império da economia sejam sociedades em que os caprichos da moda são lei, em que os ditames da propaganda são modelo, em que «fugir à regra» é ser exótico ou subversivo.

Dimensão planetária

A perversidade intrínseca do sistema que acabo de denunciar, torna-se particularmente flagrante quando se analisa a situação económica ao nível do planeta:

- Segundo dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e para a Agricultura (FAO), há hoje cerca de um bilião de seres humanos que vive abaixo do nível mínimo da pobreza absoluta (o que quer dizer que em cada três homens um acaba o dia sem se ter alimentado minimamente).

- A Organização Internacional do Trabalho (BIT) regista, neste momento, no mundo, 300 milhões de desempregados (o que, incluindo as respectivas famílias, aponta para cerca de um bilião de pessoas que não dispõem de um salário mínimo para viver).

- De acordo com o relatório

da Comissão «Norte-Sul», presidida por Willy Brandt: um terço da humanidade dispõe apenas de 3% das receitas mundiais; os 6% da população mundial que vive nos Estados Unidos da América consomem 55% dos recursos naturais do globo; a Suécia, com os seus dez milhões de habitantes, consome mais energia eléctrica do que a Índia, com 600 milhões; só as instalações de ar condicionado dos Estados Unidos da América consomem mais energia do que toda a população da China, com 850 milhões de habitantes...

Seria fácil multiplicar os indicadores, mas não é isso que aqui nos interessa. Interessamos, sim, sublinhar o carácter escandaloso, senão absurdo, que certos sintomas da crise revestem. Basta lembrar, por exemplo, que se 0,5% das despesas militares de um ano, em to-



Maria de Lurdes Pintasilgo
Em Junho do corrente ano, na ONU, como convidada do seu secretário-geral, a nossa anterior primeiro-ministro e embaixadora de Portugal na UNESCO, presidiu à Conferência Mundial sobre a Pádua da Mulher

dos bens produzidos não obedece em Portugal nem à vontade popular em cada zona (ou subzona) do País — basta percorrermos o País e discutirmos com as populações para o verificarmos — nem sequer a uma racionalidade global que perspective no tempo a criação da riqueza e a orientação da produção. Uma das tarefas mais urgentes que vêm a ser apontadas pelos grupos que, em Portugal procuram repor a economia no lugar instrumental que lhe cabe é a **reconversão produtiva do País.** Interessam as actividades produtivas que introduzem no mercado bens com significado social. Interessam as actividades que comportam logo à partida um factor de redistribuição da riqueza.

É caso para nos perguntarmos, honestamente, que valor atribuímos, afinal, à vida humana. Quem defende, de facto, os Direitos do Homem? Que economia é esta que assim nos sujeita à tirania do consumo, da massificação e da miséria?

O Relatório Willy Brandt é inequívoco: «moralmente não há qualquer diferença entre a morte de alguém na guerra e a sua condenação à morte por causa da indiferença dos outros». E, mais adiante: «O que limita a nossa resposta ao desafio posto por esta situação mundial? Não são certamente as soluções técnicas — já largamente divulgadas. O que está em causa é a não existência de um conhecimento claro, generalizado, da realidade e a ausência de vontade política para pôr em marcha as soluções necessárias.»

Utilidade social

O primado do humano sobre o instrumental económico conduz necessariamente a repensar todo o conjunto das actividades consideradas «económicas» à luz do critério fundamental que é a **utilidade social do empreendimento.**

Que significa tal afirmação? Significa que a produção de bens, a criação de riqueza, ficam subordinadas à interrogação crítica: é ou não útil aos homens?

Temos de convir que a esco-



eram normas tradicionais do processo de industrialização. Por isso, a fixação obsessiva das preocupações sobre a orientação da economia na determinação da propriedade dos meios de produção desvia, em meu entender, a atenção para uma única questão, quando outras, igualmente decisivas, estão em causa. A determinação das áreas de propriedade pública, privada ou cooperativa vai de par com a evolução do processo de industrialização e não pode separar-se da definição dos bens a produzir.

Finalmente a produção obriga ainda a equacionar de forma muito clara a questão de saber a quem vai beneficiar o que se produz. Há que entrar em linha de conta com factores muito diversos: os hábitos e as tradições nacionais e regionais, a conjugação da protecção dos portugueses com o estímulo ao fluxo turístico, as necessidades dos mercados internos e as tendências dos mercados externos.

Elemento decisivo é o direito que assiste aos povos de **controlo social dos recursos naturais.** Se esse direito é hoje um ponto chave na paz mundial e na descoberta de um novo tipo de relações económicas entre os Estados, ele não é menos importante no interior de cada Estado. Quer se trate do risco de poluição de rios e afluentes, quer se trate da salvaguarda do «stock» de águas subterrâneas, quer se trate de outros aspectos mais sofisticados da grave questão do esgotamento previsível dos recursos naturais, o povo tem aí um papel determinante. O património natural está-lhe confiada com tanta ou mais evidência que o património cultural. E da intendência de tais bens todos devemos ser responsáveis.

O primado das necessidades básicas

Uma economia ao serviço do homem é, antes de mais, uma economia ao serviço da satisfação das necessidades básicas de cada indivíduo e dos homens e das mulheres enquanto colectividade.

Essas necessidades são, em primeiro lugar, as necessidades de ordem material que asseguram o bem-estar mínimo de cada cidadão: alimentação, saúde, vestuário, habitação. Mas são também necessidades de ordem não material, sem as quais a realização humana ficaria irremediavelmente mutilada: educação, ciência, acesso aos bens da cultura, comunicação.

Logo e difícil tem sido o debate em torno dos chamados «patamares mínimos» de resposta às necessidades básicas. Argumentam uns que elas podem definir-se abstractamente e que não são, portanto, generalizáveis. Defendem outros que a universalidade da experiência humana se sobrepõe, onde quer que seja, às diferenças legítimas e desejáveis... No quente da controvérsia, actuam como moderadores os que, qualquer que seja a sua ideologia, defendem a «colagem ao real», como critério aferidor.

É que a noção «necessidades básicas» implica, necessariamente, o primado da experiência sobre a teoria, a prioridade dos factos sobre os números e,

como consequência lógica, a auscultação e a participação populares.

Ninguém pode decidir por outro quais são as suas necessidades. Por isso, basear a economia na resposta às necessidades básicas é, fundamentalmente, defender uma planificação participada, construída a partir dos consumidores e não dos técnicos, ditada pelo sentir comum nacional e não pelas imposições de organismos externos.

Uma estratégia do desenvolvimento baseada sobre a satisfação das necessidades básicas repousa, assim, sobre três instrumentos fundamentais:

1. A participação das populações na detecção das necessidades e na indicação dos caminhos de resposta (a elas cabe formular o que é preciso produzir e com que recursos).

2. A criação das infra-estruturas necessárias à produção dos bens e serviços essenciais e o consequente acesso a empregos úteis e devidamente remunerados.

3. A utilização de tecnologia apropriadas, capazes de salvaguardar a autonomia e a identidade de cada grupo social, nas suas negociações com outros.

Recorrendo ao velho argumento de que «para repartir o bolo é preciso primeiro fazê-lo crescer», não faltará quem defenda que tomar as «necessida-

des básicas» como ponto de partida do processo económico é fazer cair inevitavelmente os índices de crescimento da riqueza.

Tal não é, hoje, a convicção de economistas mundiais altamente qualificados como é o caso de Robert McNamara — presidente do Banco Mundial. Na introdução ao relatório relativo ao ano de 1980, afirma convictamente: «O desenvolvimento concebido numa perspectiva humana, global, revelou-se importante não só na perspectiva do alívio directo da miséria, mas, também na perspectiva do aumento dos rendimentos dos pobres e do crescimento do PNB. A mensagem vital é a de que certas medidas que desde há muito sabemos que são moralmente correctas — como a extensão da educação primária, por exemplo — provam hoje ser também as medidas que economicamente fazem mais sentido.»

Do Plano ao Orçamento

A opção clara pela satisfação das necessidades básicas traduz-se operacionalmente no Plano — plano que se torna cada vez mais, na gestão das coisas públicas, um quadro de referência das escolhas e uma garantia da estabilidade das instituições que as viabilizam.

É ao Plano que cabe fornecer os objectivos a médio prazo, equacionando-os em termos da problemática internacional, nacional e regional em que se inserem. É no Plano que se cruzam interseccionalmente as grandes áreas das actividades culturais, sociais e económicas e que se torna transparente a sua coerência interna e a sua fundamental interdependência.

Como primeiro elemento institucional que garante, com continuidade, a satisfação das

necessidades básicas, o Plano apresenta-se obviamente como a resultante de forças, aspirações e desejos que são necessariamente contraditórios como o é todo o real.

O respeito pela afirmação de que a soberania reside no povo não se pode limitar hoje ao exercício do direito de voto em eleições periódicas. Sendo o Plano um instrumento decisivo na actuação do Estado moderno, cabe ao povo fornecer os elementos fundamentais para as grandes escolhas globais e para o restabelecimento dos equilíbrios regionais. A intervenção dos técnicos — paradigmática no Plano de toda a sua intervenção na gestão da coisa pública — deverá canalizar-se, cada vez mais, no sentido de fornecer à vontade popular os instrumentos adequados à sua tradução técnica.

Segundo a Constituição da República Portuguesa (art.º 91.º) «a organização económica e social do País deve ser orientada, coordenada e disciplinada pelo Plano». Daqui decorre, cristalinamente, uma importante consequência: a inter-relação estreita entre o Plano e o Orçamento Geral do Estado. Para que tal relação seja biunívoca — impedindo que a feitura do OGE se torne, nas mãos de governantes menos rigorosos, numa arma de manipulação oportunista é indispensável que o Plano se traduza em cada ano num Programa de Acção para o qual é estabelecido um orçamento. A exigência técnica e a percepção social postas em tal relação eliminam as arbitrariedades de ocasião e os anacronismos de rubricas, tão facilmente contornadas por malabarismos inextricáveis. É com base na clareza da relação Plano-Programa-Orçamento que se afirma hoje que o Orçamento é o mais claro espelho das verdadeiras intenções de quem governa.

Auto-suficiência individual e colectiva

Uma economia ao serviço do Homem está intimamente associada ao conceito de auto-suficiência individual e colectiva. (Por auto-suficiência entendo o direito de cada um dominar a sua própria existência e o direito de cada nação se determinar a si própria).

A auto-suficiência individual decorre, em primeira mão, da nossa capacidade de sermos sujeitos económicos conscientes, aptos a fazer escolhas e a recusar energeticamente a passividade de submissa que a massificação impõe. Ser auto-suficiente não é só, nem necessariamente, cada um bastar-se a si próprio. É antes, e sobretudo, cada um ser plenamente pessoa: pessoa que produz, mas que também convive; pessoa que consome, mas que também cria; pessoa que trabalha, mas que também contempla.

Para tal, exige-se uma subversão corajosa de valores; de modo a que o ciclo da produção/acumulação/consumo seja definitivamente quebrado. Se é a economia que serve o homem e não vice-versa, todos os cidadãos terão que assumir-se como eixo vital do sistema social em que se movem. Falar-se-á então da economia ao serviço do desenvolvimento e não do desenvolvimento económico como objectivo final de todas as políticas. Falar-se-á de objectivos e metas culturais do crescimento com a consciência de que a cultura é a produção específica por excelência do fenómeno social humano e de que só a ela poderão ser adequadamente referidos todos os vectores da vida em sociedade.

Paralelamente, o conceito de auto-suficiência colectiva decorre, basicamente, da cons-

ciência da identidade e da dignidade nacionais face aos modelos que, de fora para dentro, se pretendam impor-se-lhes. O exemplo da actuação do Fundo Monetário Internacional é flagrante. Os países que se submetem dócil e passivamente às suas imposições são rapidamente olhados como «objecto-de-ajuda», de quem tudo é possível exigir. Os países que, pelo contrário, sabem sustentar o diálogo com a convicção segura de quem representa uma história e um modo de ser próprios, são respeitados como interlocutores paritários, permitindo que a «ajuda» se converta em instrumento de solidariedade. O próprio director do FMI dizia, de resto, em Julho de 1979, perante o Conselho Económico e Social da ONU: «As condições impostas pelo FMI devem tomar em linha de conta os objectivos políticos e sociais de cada país, bem como as suas prioridades económicas.»

A auto-suficiência colectiva não é, em caso algum, uma forma de egoísmo a muitos ou de nacionalismo estreito e exacerbado. É, pelo contrário, caminho para uma maior interajuda entre os povos, afirmação da autonomia e do respeito devidos aos que têm menos como aos que têm mais.

Só relações de verdadeira interdependência permitirão que a economia reencontre o seu lugar instrumental ao serviço do bem comum. Só a abertura dos espíritos e das consciências a valores planetários de justiça e de equidade conduzirá a economia para o seu horizonte último: o desenvolvimento de «todo o homem e de todos os homens».



Qualquer que seja a língua, as lições na Cambridge School são vivas, convincentes e eficazes.

cambridge school



INSTITUTO DE LÍNGUAS

LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-1º
TEL. 554780 - 554789 - 1200, LISBOA
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-4º
TEL. 4 13 52 - 57 60 30 - 1200 LISBOA
LISBOA: AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1º DIR.
TEL. 88 45 44 - 89 96 01 - 1000 LISBOA
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5º DIR.
TEL. 70 43 29 - 70 36 38 - 1500 LISBOA
ALMADA: PRAÇA DO M.F.A., 12-1º
TEL. 276 02 34 - 275 32 19 - 2800 ALMADA
PORTO: RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1º
TEL. 56 03 80 - 56 11 30 - 4000 PORTO

ESPIRAL - OT 2499

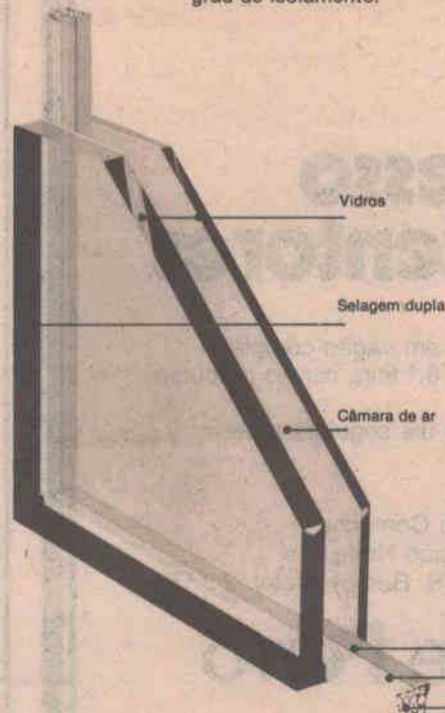
COM climasol CONSTRUIMOS CONFORTO

ENVIDRAÇADO ISOLANTE TÉRMICO E ACÚSTICO. CLIMASOL ISOLA DO FRIO E DO CALOR; DOS EFEITOS TÉRMICOS DO VENTO; DOS RUÍDOS EXTERIORES. CLIMASOL SUPRIME A CONDENSAÇÃO NAS VIDRAÇAS; PERMITE REDUZIR O FUNCIONAMENTO E A POTÊNCIA DA APARELHAGEM DE CLIMATIZAÇÃO.

Protecção contra o frio

O elemento isolante térmico do envidraçado é constituído pela câmara de ar desidratado existente entre os vidros que formam o CLIMASOL.

Quanto maior for o número de câmaras e a sua espessura, maior será o grau de isolamento.



Coefficiente global de transmissão térmica (K) do climasol

Composição (vidros)	Factor de Transmissão (K) total (W/m²·°C)	
	Frio	Verão
6	2,8	3,4
8	2,8	3,2
10	2,7	3,1
12	2,6	3,0
14	2,5	2,9
16	2,4	2,8
18	2,3	2,7
20	2,2	2,6
22	2,1	2,5
24	2,0	2,4
26	1,9	2,3
28	1,8	2,2
30	1,7	2,1
32	1,6	2,0
34	1,5	1,9
36	1,4	1,8
38	1,3	1,7
40	1,2	1,6
42	1,1	1,5
44	1,0	1,4
46	0,9	1,3
48	0,8	1,2
50	0,7	1,1

Efeitos térmicos do vento

O vento frio, actuando sobre um envidraçado, expulsa as calorias da superfície, aumenta as correntes de convecção e acelera, por consequência, o seu arrefecimento.

Conforme as zonas eólicas-climáticas, obtêm-se diferentes valores para as perdas de calor relativas Climasol/vidro simples.

Um exemplo: Para o vento de 65 Km/h, as perdas de calor através do CLIMASOL são 45% inferiores às que se verificam num envidraçado simples.

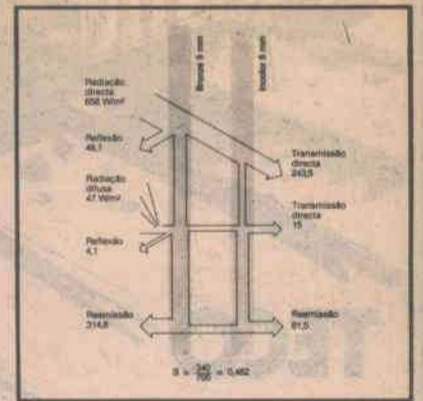
Protecção contra a condensação

Uma atmosfera sã depende do grau higrométrico; uma atmosfera muito seca tem efeitos nefastos na saúde. Numa construção equipada com envidraçados CLIMASOL o grau higrométrico pode ser aumentado sem o risco de aparecerem condensações. Consequentemente, também a temperatura ambiente de conforto pode ser reduzida, uma vez que a sensação de bem estar é a mesma:

22° C se o ar contém 40% de humidade
21° C se o ar contém 50% de humidade
20° C se o ar contém 60% de humidade

Controlo da transmissão térmica

Independentemente das soluções clássicas (para-sóis, estores...) é possível reter uma parte sensível da energia térmica emitida pelo Sol, utilizando na composição do CLIMASOL um vidro filtrante atérmico ou reflectante (para o exterior) e um vidro incolor (para o interior). Estas composições, além das vantagens próprias do CLIMASOL normal, oferecem uma protecção adicional contra a radiação solar, particularmente por absorção energética no caso do vidro atérmico ou por reflexão no caso do reflectante.



climasol

Factor de conforto e economia na moderna construção

Fabricado pela



COVINA - Companhia Vidreira Nacional, S.A.P.L. • Direcção de Vendas - Serviço de Acção e Promoção Comercial (SAPC) • 2626 St.ª Iria de Azóia Codex
Tel.: 259 15 28 - Telex 128A3 P
Solicito envio de documentação técnica sobre produtos de vidro para construção, nomeadamente dos envidraçados isolantes CLIMASOL.

NOME _____
MORADA _____